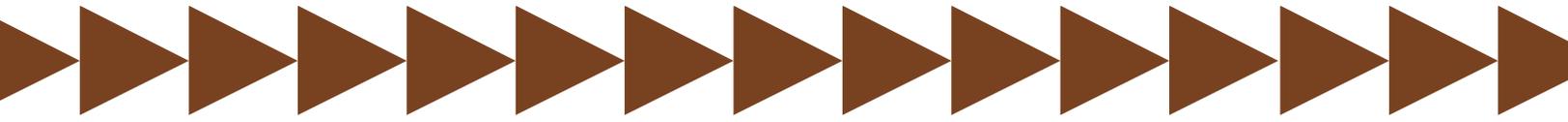


REEXISTÊNCIA REVISTA

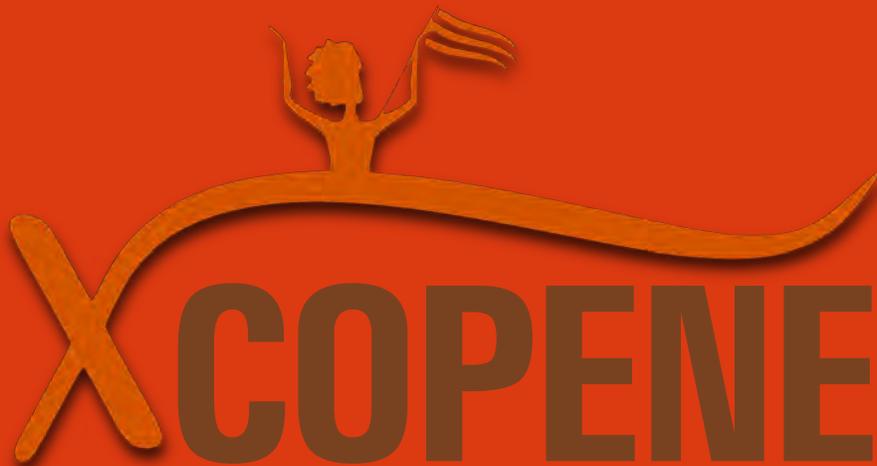
Revista do X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros

(RE) EXISTÊNCIA INTELLECTUAL NEGRA E ANCESTRAL
18 ANOS DE ENFRENTAMENTO

12 a 17 de outubro de 2018 - Uberlândia - MG



RESISTÊNCIA REVISTA



Revista do X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores negros
12 a 17 de novembro de 2018
Uberlândia - MG



EXPEDIENTE

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
Gestão 2016-2018:

Presidenta

Profª. Dra. Anna Benite

Secretária Executiva

Profª. Dra. Nicéa Amauro

Diretora de Relações Institucionais

Profª. Dra. Fernanda Bairros

Diretora de Relações Internacionais

Profª. Dra. Ana Beatriz Gomes

Diretora de Áreas

Profª. Dra. Raquel Amorim

Coordenação Geral / Editorial do X Copene

*Luciane Ribeiro Dias Gonçalves e
Benjamim de Paula Xavier*

Editor Geral

Gerson de Sousa

Edição

Gerson de Sousa

Redação

*Beatriz Ortiz de Camargo Aleixo Lopes
Bruno da Silva Inácio
Cássio Fernando de Lima
Clarice Bertoni
Emerson Luiz Lacerda Soares
Genivan Divino Fernandes Júnior
Jhonatan Dias Gonzaga
Jhyenne Gomes
Leidiane Cristina Campos
Marcos Vinicius Reis
Sara Oliveira Camelo Costa Morais*

Fotografias:

*Ana Luíza Pereira Costa
Beatriz Ortiz de Camargo Aleixo Lopes
Bruno da Silva Inácio
Cássio Fernando de Lima
Clarice Bertoni
Emerson Luiz Lacerda Soares
Felipe Vianna
Francisco de Assis Silva
Genivan Divino Fernandes Júnior
Gerson de Sousa
Jhonatan Dias Gonzaga
Jhyenne Gomes*

Leidiane Cristina Campos

Marcos Vinicius Reis

Sara Oliveira Camelo Costa Morais

Projeto Gráfico

Ricardo Ferreira de Carvalho

Impressão

Ribeirão Gráfica e Editora - em janeiro de 2019

Tiragem: 500 exemplares

Revista Copene é uma publicação especial de análise das conferências realizadas no X Congresso Pesquisadores Negros intitulado (Re) existência Intelectual negra e ancestral, ocorrido no período de 12 a 17 de outubro de 2018, no campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia (MG).

<http://dx.doi.org/10.14393/UFU-COPENE2018>

X Copene

X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE tem como objetivo constituir-se enquanto espaço de divulgação, circulação e promoção da produção científica dos/as pesquisadores/as negros/as e de estudiosos/as das temáticas vinculadas à população negra, sob a perspectiva do diálogo entre os povos africanos e da Diáspora, com vistas aos debates e reflexões acerca da intelectualidade negra nos diferentes campos e áreas do conhecimento científico e do saber, e também sob a perspectiva da resistência, do enfrentamento e do combate às diversas formas de racismo, de forma particular a segregação dos negros e negras nos espaços sociais e na produção acadêmica.

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Reitor

Valder Steffen Júnior

Vice-reitor

Orlando César Mantese

Chefe de Gabinete

Clésio Lourenço Xavier

Prefeito Universitário

João Jorge Ribeiro Damasceno

Pró-reitoria de Graduação

Armindo Quillici Neto

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Carlos Henrique de Carvalho

Pró-reitoria de Planejamento e Administração

Darizon Alves de Andrade

Pró-reitoria de Assistência Estudantil

Elaine Saraiva Calderari

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Helder Eterno da Silveira

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Márcio Magno Costa

SUMÁRIO

8

A reconstrução do presente no processo de descolonização do pensamento

14

Não somos a academia do privilégio, somos a academia da (re)existência

18

Apresentação – Coordenação geral do X Copene

22

O protagonismo do negro no estudo das raças no Brasil

28

O Movimento Negro na recolonização da Escola Básica

34

Da desumanização quilombola aos Ensinos Básico e Superior

40

Luta e resistência na vida e obra de Abdias Nascimento

46

Abdias: um Ancestral que permite Re-Existência

52

Justiça racial: um debate que precisa de interlocutores no Brasil

58

Momentos...



62 Vivência Congado

78 A busca da liberdade na construção das africanidades

88 Hédio Silva defende a criação de uma agenda propositiva de Política de Estado para negros

100 Memórias de jornadas autônomas em prol da representatividade negra

110 Copeninho

66 Saberes Tradicionais da Congada

72 Contra o racismo, pela Igualdade e o Conhecimento Horizontal

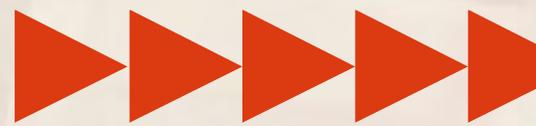
82 As novas problemáticas da produção do conhecimento na América Latina

94 A explosão do cinema negro no Brasil

106 A sensibilidade das Intervenções Artísticas na produção de autocrítica



Foto: Matheus Zerbini



A reconstrução do presente no processo de descolonização do pensamento

Prof. Dr. Gerson de Sousa

GERSON DE SOUSA É JORNALISTA GRADUADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO PELA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (1995) COM MESTRADO (2003) E DOUTORADO (2008) EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO PELA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR (2006) PELO CEUNSP. ATUALMENTE É PROFESSOR DO CURSO DE JORNALISMO E PROFESSOR PERMANENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. EM SUA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DESENVOLVE PESQUISA PELA TEORIA DOS ESTUDOS CULTURAIS ARTICULANDO OS DEBATES NAS ÁREAS DE TEORIAS DE COMUNICAÇÃO, METODOLOGIA DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, CULTURA POPULAR, MEMÓRIA E VELHICE.





A proposta de realizar a produção jornalística em revista sobre o X Copene está permeada por uma defesa conceitual de comunicação. Comunicar não é transmitir informação para alterar o comportamento ou conscientizar o receptor. Comunicar é um processo construído na relação de produção de sentido com o outro enquanto sujeitos. O primeiro fator, deste conceito, está em afirmar que a produção de sentido do exercício jornalístico se configura em ser e se materializar em um trabalho intelectual. O que consiste esta intelectualidade? Segue num movimento em que ora a sensibilidade se exterioriza como emoção de viver na relação com o outro; ora a consciência se efetiva como razão neste desafio de articular em profundidade... não as palavras, mas as tensões e os conflitos que permeiam o próprio contexto social. Neste movimento de emoção e razão se efetiva a crítica como constituição substantiva para o concreto pensar da realidade.

O segundo elemento articulado na produção jornalística está inserido no próprio tema do X Copene: (Re) existência negra e ancestral. O que vem a ser essa defesa explícita, de (re) existência, que podemos recorrer como parâmetro nos discursos e nos contextos das conferências realizadas no decorrer do Congresso? O termo em si já sinaliza que não se trata aqui da resistência, mas se estrutura a partir da reorganização da produção do sentido de viver do sujeito negro. O negro existe nos contextos do presente

e do passado. Mas a história de sua realidade é descaracterizada por um reducionismo, que desloca do seu sentido de viver, como sujeito, para a narrativa de uma realidade na qual ele se situa como violentado, como objeto.

Então o compromisso intelectual de ser negro está, ao entrar na universidade, em lutar para efetivar uma outra narrativa da história. Eis aqui a defesa da descolonização que ressoa como grito e se estende em cada relação social inscrita na programação do X Copene. Ou mais precisamente em uma defesa do sujeito negro, cujos homens e mulheres devem instaurar outro caminho em (re) existência. O ponto de crítica que permeia o X Copene está em considerar, no estado de tensão e conflito social, que se está diante de um fator de determinação cultural – termo que se afasta da afirmativa do determinismo econômico. O termo cultural aqui está sendo empregado em seu sentido político. Esse entendimento é necessário para que se compreenda as táticas e as estratégias das quais as ações e discursos dos conferencistas se estabeleceram como posicionamento histórico.

Há como coerência, no teor das conferências, que não se trata de negar, muito menos de recusar a narrativa histórica ocidental, em que o negro é deslocado em segundo plano. Aqui está o elemento de complexidade no conflito hegemônico. O papel do intelectual negro é reconstruir o sentido da universidade ao trazer como elemento de sua existência os valo-



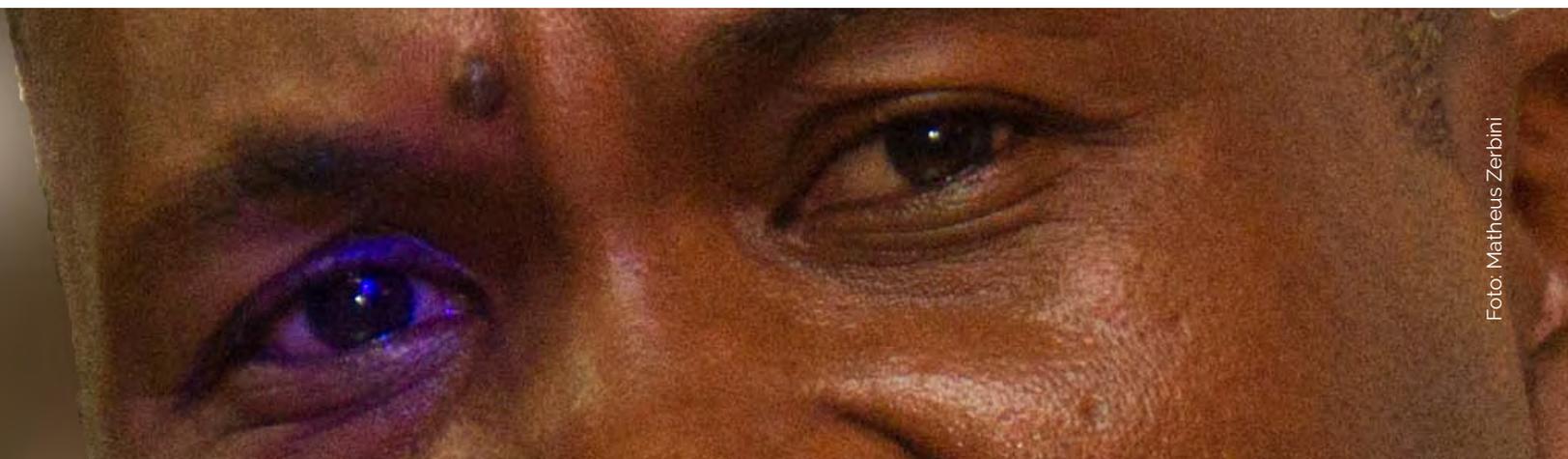
Foto: Ricardo Carvalho

res que efetivam como mediações do existir negro. E se a história do cotidiano do negro é recusada a partir do reducionismo violento que se estabelece na ordem do sistema, é que a base epistemológica em que está assentada esse discurso se efetiva como insuficiente para o compreendê-lo em sua totalidade como sujeito. Esse é o teor de compreender essa nova narrativa: a historicização do negro pela sua construção de identidade exige que se apresente outro conceito de saber, outro fator que permita conceituar conhecimento. Pois é exatamente neste ponto efervescente que a reconstrução da narrativa histórica do sujeito negro se efetiva como emancipatória.

A necessidade da mudança epistemológica para se entender a concepção de conhecimento do sujeito negro na realidade social exige articular outro elemento substantivo: o reconhecimento do sujeito

histórico. Ou mais precisamente: dos lugares em que se fala sobre o sentido de ser negro. Os lugares tomam corpo e os espaços passam a ser ocupados por novos atores sociais instaurando outros sentidos para conhecer a realidade. O primeiro lugar está no desafio da ressignificação do espaço acadêmico a partir dos novos sujeitos que levam a compreender o sentido intelectual do ser negro. Mas a universidade, ao se efetivar como espaço de luta, não pode ser dissociada da tensão e conflito que demarca o cotidiano do movimento de identidade que edifica, na realidade social, o sujeito negro. Mais do que as táticas e as estratégias, o cotidiano social desvela o enfrentamento da militância em uma realidade cujo poder hegemônico recorre a instâncias diversas para negá-lo como sujeito.

Ao reconhecer os espaços de lutas, da militância para a intelectualidade, para a



produção da identidade do ser negro, a narrativa histórica percorre então as esferas sociais com outro teor teórico: é no sentido da razão e da emoção, do saber cotidiano para o conhecimento científico, que se deve entender as manifestações que compõem o sentido da africanidade. Se por um lado a violência de uma sociedade racista necessita ser desmascarada em sua complexidade assentada na cordialidade, por outro os valores afirmativos do negro em sua luta nos bairros, nas periferias, nas artes como na música, no teatro, redefinem esse novo campo de saber. Tomado com essa força, a pergunta que salta é: que histórias são essas que aconteceram na realidade social, que foram vivenciadas com plenitude por sujeitos demarcando a identidade, mas que ficaram relegadas a epiderme do social, para que tenha força suficiente de instaurar essa nova epistemologia?

A pergunta está longe de ser respondida de forma simples, como se tratasse de compreender o racismo como dualidade, ou mero acidente de percurso no processo de civilização ocidental. A res-

posta tem de ser mergulhada na complexidade dialética do sujeito histórico, em que os espaços da academia e da militância tecem, na circularidade do significado social do sujeito negro, esse novo caminho. E toda vez que se defronta com o método, o ponto central é compreender que mais do que os procedimentos que serão levados a frente neste conflito social, trata-se de entender qual concepção de sujeito está inerente neste processo. Eis a concretude do Teatro Negro de Abdias do Nascimento.

Ao acompanhar os embates promovidos no X Copene, há outro fator que se exige inerente nessa produção de significado: a ancestralidade como sentido fundante para compreender o presente. O passado deixa de ser algo estático e é disposto em movimento para invadir e estabelecer esse outro sentido na narrativa do presente. Ao retirar o passado como estático, objetificado pelo positivismo como algo sem sentido para o presente a partir da sua utilidade, a memória se edifica como força atuante. E a lógica da memória está também envolta nesta complexidade: nin-

guém pode recorrer a momentos do seu passado sem que ele seja ressignificado pelas tensões e sentidos do presente. E nesta dialética é o próprio sujeito que se reconhece como histórico, enquanto se vai existindo e produzindo nova narrativa para se compreender as histórias em suas temporalidades.

O X Copene realizado em Uberlândia retrabalhou o encontro do passado e do presente a partir da crítica à realidade social e da afirmativa do valor de ser negro. O passado aqui não está sendo cultivado como resgate - termo perigoso cujo risco possível está em recair em um simulacro do qual a resultante negativa seria o estranhamento do sujeito de sua própria historicidade. Ao recusar o resgate e se afirmar como reconstrução do trabalho de viver a identidade, o processo comunicativo desencadeado no Congresso instaura a continuidade do sentido do movimento das temporalidades identitárias.

A proposta desta revista está mergulhada em concepção simples e complexa: entender e traduzir o significado deste movimento de produção de sentido do ser negro. A todos os repórteres se lançou o desafio: não se trata de uma matéria informativa, em que se busca trazer somente dados e falas dos conferencistas de forma encadeada, próximo de uma lógica de neutralidade. Assim como também não se trata de um artigo, em que o repórter irá colocar a sua opinião. O objetivo das ma-

térias aqui produzidas é que seja interpretativa: cada estudante de graduação em Jornalismo e da pós-graduação em mestrado profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação, tinha como missão mergulhar na profundidade conceitual do conferencista, dialogar com as inquietações dele e da intervenção do público e produzir um texto que permita ao leitor entender essa dimensão crítica na qual se moveu os sentidos do X Copene.

A concepção de sujeito e de leitor está demarcado pela responsabilidade social e por permitir novos espaços para a reflexão crítica sobre a realidade. Mais do que a função do jornalista, é assim, com posicionamento crítico, que se defende a produção de sentido do jornalismo. Agradeço a todos os repórteres que assinam as matérias por aceitarem esse desafio comunicativo. Agradeço ao Ricardo Ferreira Carvalho, técnico do curso de Jornalismo e mestre em Educação, que produziu e pensou de forma criativa a edição dessa revista. E a Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves e ao Prof. Dr. Benjamim Xavier de Paula por apoiarem e darem a estrutura necessária para que essa revista se tornasse possível. Desejo a todos um crítico movimento de leitura na produção de novos sentidos sobre a realidade social a partir das matérias que edificam uma análise sobre as experiências vivenciadas no X Copene.



Foto: Ricardo Carvalho

Não somos a academia do privilégio, somos a academia da (re)existência

por Anna M. Canavarro Benite



ANA BENITTE - DOUTORA E MESTRE EM CIÊNCIAS E LICENCIADA EM QUÍMICA (UFRJ/ 2005). PROFESSORA ASSOCIADA E COORDENADORA DO PIBID QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO QUÍMICA E INCLUSÃO- LPEQI DA UFG (2006) ONDE INSTITUIU EM 2009 O COLETIVO CIATA- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS. ATIVISTA DO GRUPO DE MULHERES NEGRAS DANDARA NO CERRADO. PRESIDENTE DA ABPN (2016-2018\) SECRETARIA EXECUTIVA DA ABPN (2018-2020) E-MAIL: ANNA@UFG.BR

Fotos: Jhonatan Dias





O X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros/Negras – COPENE com a temática (RE) EXISTÊNCIA INTELLECTUAL NEGRA E ANCESTRAL: 18 anos de enfrentamento, marcou os 18 anos da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/Negras - ABPN, ocorreu em Uberlândia entre os dias 12 a 17 de outubro de 2018.

Aproximadamente 4000 pesquisadores(as) negros(as) construíram o X COPENE, 16 áreas científicas, I encontro de pesquisadores da temática quilombola, a materialização do Fórum Nacional de Educação Básica com a realização do Simpósio Nacional de Educação Básica, o Copeninho reuniram companheiros/as de todo o Brasil e de pelo menos 4 outros países. Estes cientistas negros/as transitavam pela universidade e pela cidade de Uberlândia apresentando, aproximadamente, 1.600 trabalhos em 150 sessões temáticas, 50 mesas redondas, 20 minicursos, 9 conferências, 1 simpósio da educação básica, 12 encontros de área, 26 lançamentos de livros, 18 apre-

sentações culturais, 1 Copeninho (Copen dos Erês) dentre outras atividades. Constituindo assim o maior evento de divulgação e socialização dos(as) intelectuais negros(as) afrolatinoamericanos(as).

O X COPENE (RE) EXISTÊNCIA INTELLECTUAL NEGRA E ANCESTRAL: 18 anos de enfrentamento foi realizado pela parceria de três articuladores fundamentais para sua implementação e execução, a ABPN, o Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros CONNEABS na qualidade de promotores do evento juntamente com o incansável e potente NEAB Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na condição de instituição sede do evento. Desta maneira eu gostaria de cumprimentar a UFU pela iniciativa de conduzir esta discussão que é necessária e convoca à atenção para a democratização da produção do conhecimento científico. Cada uma dessas entidades possui notória relevância no contexto de desenvolvimento brasileiro e no trato das questões ligadas à discussão étnico-racial no Brasil e mesmo no exterior.

O X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE) objetivou constituir-se em espaço de divulgação, de circulação e de promoção da produção científica dos pesquisadores/as negros/as, e dos pesquisadores/as que estudam as temáticas vinculadas à população negra na perspectiva do diá-

logo entre os povos africanos e da Diáspora, com vistas a debates e reflexões acerca da intelectualidade negra nos diferentes campos e áreas do conhecimento científico, na perspectiva da resistência, enfrentamento e combate no campo científico das diversas formas de racismo e segregação da população negra e dos pesquisadores/as negros/as nos espaços sociais, especialmente na produção acadêmica com interlocução com a sociedade.

O X COPENE teve a coordenação geral da Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves – UFU – FACIP e do Prof. Dr. Benjamin Xavier – UFU – FACED e aconteceu na gestão da chapa Dandaras da ABPN : Prof^a Dr^a Anna M Canavarro Benite, presidenta; Prof^a Dr^a Nicéa Quintino Amaro, secretária executiva; Prof^a Dr^a Fernanda Souza Bairros, diretora de relações institucionais; Prof^a Dr^a Ana Beatriz Sousa Gomes, diretora de relações internacionais; Prof^a Dr^a Raquel Amorim dos Santos, diretora de relações acadêmicas; Prof^a Me. Elisabeth Santos Natel, Prf^a Dr^a Jurema José de Oliveira, e Prof^a Me. Cristiane Mare da Silva compondo o Conselho Fiscal.

O X COPENE foi marcado pela disposição para instaurar na ABPN um espaço permanente de discussão sobre as relações de gênero na formação de pesquisadores. Ademais, foram diretrizes da organização do evento:

a) observação da proporcionalidade de gênero na composição da programação geral do evento, e das temáticas relativas às mulheres negras;

b) garantir a ampliação da relação da ABPN com a Educação Básica buscando ampliar a participação dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros) e dos/as profissionais da Educação Básica na programação do X COPENE.

c) investir no diálogo com os Movimentos Sociais,

de forma particular com o Movimento Negro, contemplando a participação deles no X COPENE;

d) ampliação do diálogo entre a ABPN e as Comunidades Quilombolas;

Nossas produções também são poder e o que fizemos durante o X COPENE foi honrar nossos ancestrais e fazer nossa história por nossas mãos. Pois se esse quadro de extrema direita se concretizar corremos o risco de não mais existir. A despeito desse contexto sobrevivemos, resistimos, realizamos o X COPENE, integramos a educação básica para formar os futuros pesquisadores negros e anunciamos a implantação do projeto piloto de iniciação científica júnior nomeado AFROCIENTISTA que hoje implanta 100 bolsas distribuídas em 8 NEABs pelo Brasil: Maranhão, Amapá, Pontal, Goiás, Brasília, Belém, Paraíba e Amazonas.

Por fim cabe agradecer imensamente aos nossos parceiros nesta investida, SEPPIR, Ministério da Educação, MEC, Fundação Palmares, Cnpq e Capes em especial ao Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros IPEAFRO . Agradecimento sincero a todxs que xs nossxs monitores, a meus/minhas orientados/as do Coletivo CIATA do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão LPEQI e ao Grupo de Mulheres Negras Dandaras no Cerrado

Quando falamos, escrevemos, produzimos conhecimentos, quando ensinamos e aprendemos uns com os outros, quando construímos relações respeitadas, quando traduzimos a simbologia da ciência para xs nossos estamos escolhemos um projeto coletivo de emancipação do nosso povo. Não somos a academia do privilégio. Somos a resistência.

Que os momentos de partilha, afeto e produção científica vividos no X COPENE sejam combustíveis para nossas trajetórias.



Foto: COPENE

Apresentação

Por Luciane Ribeiro Dias Gonçalves e Benjamin Xavier de Paula - Coordenação Geral do X Copene

A Associação Brasileira de pesquisadores

(as) negros (as) – Abpn estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, sob a coordenação do Núcleo de Estudos afro-brasileiro e indígena do Pontal – Neabi Pontal, nas pessoas do Prof.^a Dr.^a Luciane Ribeiro Dias Gonçalves (UFU/ICHPO) e Prof.^o Dr.^o Benjamin Xavier de Paula (UFVJM) para a realização do X Congresso de pesquisadores (as) negros (as).

Como todo evento desta envergadura, foram muitas dificuldades no caminho de construção da proposta. Contudo, muitas foram satisfações no percurso de concepção do mesmo. Destacamos as várias reuniões preparatórias que ocorreram nas mais diversas cidades e locais. Em Belo Horizonte foi possível encontrar acadêmicos e militantes da UFMG, UEMG e demais instituições. Conversamos com lideranças políticas e gestores (as) públicos. Em Ouro Preto além de conversarmos sobre “outros pretos”, descobrimos histórias pretas invisibilizadas que contribuíram para construção da concepção epistemológica do evento. Ituiutaba, Uberlândia, Patos de Minas, Araguari e Uberaba foram parceiras-genitoras das discussões e encaminhamentos. Assim, foram em diversos espaços, lugares, pessoas, saberes e sabores. Agradecemos a recepção e a colaboração de cada

cidade mineira que foi possível prosear.

Como um evento acadêmico, o X Copene não poderia deixar de ser uma reunião acadêmico-científica onde vários referenciais teórico-metodológicos das pesquisas ligadas às relações étnico-raciais, nas diversas áreas das ciências, fossem evidenciadas. Não obstante este evento, na nossa concepção, trouxe também muitas evidências da construção de uma concepção afrocentrada de ver as ciências.

O diálogo direto com a Educação Básica foi impulsionado pela parceria com alguns projetos que merecem destaque. O Curso de formação em Educação para as relações étnico-raciais que vem sendo executado a mais de cinco anos, e que em 2018 teve a parceria das secretarias municipais de Educação das cidades de Ituiutaba, Patos de Minas e Uberaba. Formação continuada em serviço para cerca de 150 profissionais da Educação destas cidades e região. O Projeto Ubuntu Nupeas, da Secretaria Estadual de Educação de MG, que estendeu a iniciação científica para vários municípios de todas as regiões mineiras e tem como enfoque promoção da igualdade racial no ambiente escolar. Professores (as) e alunos (as) destes projetos vieram ao X Copene apresentar suas pesquisas e resultados referendados localmente e que fomentaram debates naci-



Foto: Felipe Viana



onais. As coordenadoras do Simpósio da Educação Básica esmeraram para que a Educação Básica fosse reconhecida como sujeitos-pesquisadores (as). Mesas redondas, conferências, minicursos, oficinas compuseram uma programação especialmente preparada a este público. Trabalhos com excelência acadêmica foram apresentados, tanto por profissionais da educação deste nível, como por alunos (as).

Da mesma forma a Educação Quilombola recebeu destaque na programação. Esta comissão conseguiu mobilizar tanto a militância quilombola quanto os profissionais e pesquisadores (as) da temática.

O Copeninho, espaço educativo e recreativo criado para receber crianças que acompanharam seus responsáveis para o X Copene, Este espaço guardou a particularidade por ser o cantinho mais movimentado por conta da vitalidade das crianças. A programação contou com várias contribuições de artistas e educadores (as) que puderam levar a perspectiva das africanidades a cabo em diversas atividades desenvolvidas.

Um momento especialmente mágico foi a realização do estágio de vivência na congada. Todos (as) pesquisadores (as) puderam vivenciar um dia imerso na cultura conga e participar de todo festejo. O diálogo do (a) pesquisador (a) com a cultura negra faz-se necessário para que possamos corporeificar as africanidades presentes em nosso meio. Este diálogo só foi

possível por conta do entrosamento com a Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia, e mais especificamente aos ternos acolhedores: Terno de Moçambique Estrela Guia, Terno de Moçambique de Belém e Marinheiro de São Benedito. Certamente, esse foi o momento mais emocionante para o grupo de pesquisadores(as) envolvidos(as). Gratidão.

As atividades culturais foram diversificadas e tiveram o reconhecimento como composição do evento. Contou com programação própria, diversificada e completou a proposta do X Copene como acadêmico-científico-cultural. Bem como a Feira dos afro empreendedores mostrando o potencial de muitos negros (as).

Enfim, fazer ciências para nós é “assumir o legado africano como uma precondição essencial para desenvolver o conhecimento” (MOORE, 2009, p.17).

A parte científica do evento deixamos para que os diversos olhares dos alunos (as) do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, ambos da FAGED – UFU, coordenados pelo Prof^o Dr. Gerson de Sousa, nos apresentem. Essa revista é a consolidação de um desejo de popularização das atividades desenvolvidas no X Copene. Esperamos que todos (as) apreciem.

Boa leitura.





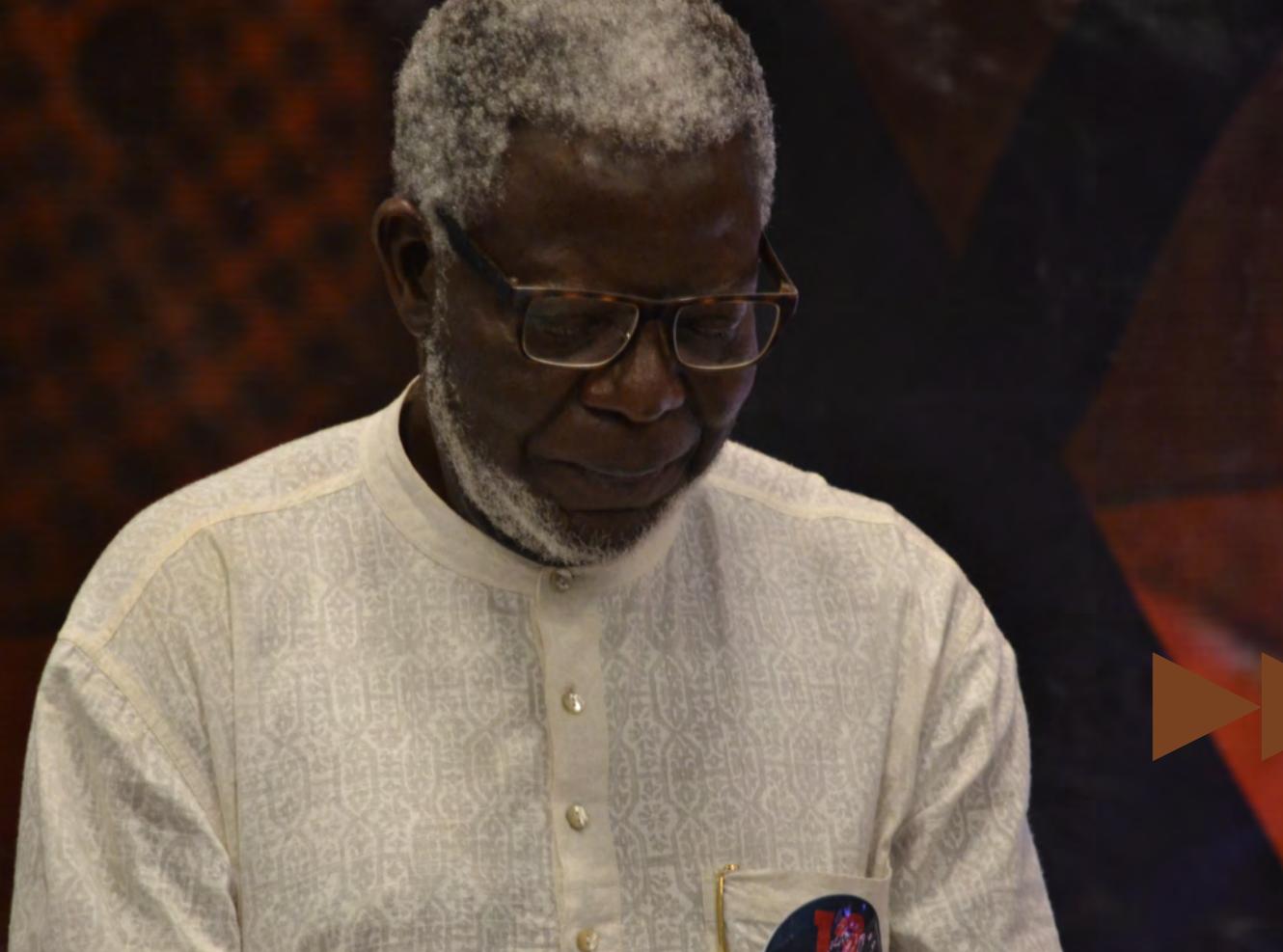
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra - Portugal, no Centro de estudos Sociais - CES/UC (2015-2016). É doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2011) - UNICAMP, mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2004) e graduada em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (1987), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (1997). Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP / UFU no curso de Pedagogia. Atua na formação inicial de professores na graduação em Pedagogia ministrando disciplinas como Estágio Supervisionado, Construção do Conhecimento Interdisciplinar, Movimentos sociais e EJA. Milita no movimento negro por meio da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares - FUMZUP e Curso Pré-vestibular para negros/as e carentes - PREVESTI.



Benjamin Xavier de Paula

Pós Doutor pelo Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; Professor do Ensino Superior Adjunto na Faculdade de Educação da Universidade de Federal de Uberlândia – FAGED-UFU; Professor Colaborador no Programa de Pós Graduação em Artes (PROF-Artes) do Instituto de Artes da UFU; e, Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática do Ensino de Geografia e História – GEPEH/PPGED-UFU. É doutor em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU – PPGED/UFU; é mestre em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); e, bacharel e licenciado em História pela UNESP. Tem experiência na área de História e Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, História e Cultura Afro-brasileira, História da África, Políticas Educacionais, Formação de Professores.



A CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO DÉCIMO CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS (COPENE) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, NO DIA 12 DE OUTUBRO, COUBE A UM DOS INTELECTUAIS DE REFERÊNCIA NACIONAL KABENGELE MUNANGA. PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, KABENGELE MUNANGA NASCEU EM 1942 NA REPÚBLICA DO CONGO, E SE GRADUOU EM ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL PELA UNIVERSIDADE OFICIAL DO CONGO. EM 1975, OBTEVE UMA BOLSA DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Protagonismo do(a) pesquisador(a) negro(a) na produção do conhecimento sobre a População Negra

Conferencista: Prof. Dr. Kabengele Munanga - USP/UFRB

Moderadora: Profa. Dr^a. Anna Maria Canavarro Benite - UFG/ABPN

Data: 12 de outubro de 2018

O protagonismo do negro no estudo das raças no Brasil

por Jhonatan Dias Gonzaga



Desde então, o pesquisador é uma das referências fundamentais para o entendimento das relações étnico-raciais no Brasil, principalmente no campo da Antropologia. Kabengele Munanga é autor de 5 livros e diversos artigos que discutem a posição da pessoa negra brasileira, as raízes africanas do nosso país e as discussões sobre a mestiçagem.

O Congresso de Pesquisadores Negros (COPE-NE) iniciou as atividades em 2000, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O congresso tem origem nos antigos Simpósios Regionais de História, e, posteriormente, houve a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A professora Lídia Nunes Cunha afirma que a necessidade do congresso se deu pela pouca representatividade acadêmica negra na Universidade Pública, e para reunir as pesquisas em geral produzidas pelos negros, discutir as vivências dos pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento e identificar as barreiras encontradas.

O professor Munanga abre o seu discurso identificando algumas dificuldades para reconhecer a importância dos estudos raciais no país, e alguns

conflitos entre a universidade e a militância. Para ele, o discurso da militância por muito tempo era bastante desqualificado e não era considerado científico ou objetivo, mas sim de “panfletagem”, vitimização. Somado a isso, o discurso da militância é coberto por ideologia, e este fator é alvo de críticas. Entretanto, é necessário lembrar que nas áreas das ciências humanas e sociais a ideologia está sempre presente; a visão positivista de que a ciência é neutra apenas prejudica uma análise aprofundada das problemáticas sociais. “É preciso que o pesquisador saiba a qual serviço você coloca a ideologia: a serviço da hegemonia, do corpo dominante, ou coloca a ideologia a serviço da promoção da igualdade”, afirma Munanga.

Estas estratégias de invalidação do discurso da militância na universidade são uma forma de exclusão dos negros, e a partir disso seria necessário descolonizar o conhecimento. O antropólogo explica que ter acesso à academia, que é um espaço de poder e dominação, é fundamental, contudo, não é uma luta fácil, pois há poucos anos os negros desempenham funções decisivas nas universidades: “se pegarmos a militância negra



que precedeu a criação da ABPENE possuía um discurso altamente qualificado, mas nossos livros nem eram considerados científicos. Isso muda pelos intelectuais que entraram na academia, que começaram a questionar a ausência de jovens negros na universidade. Se hoje temos algum resultado podemos considerar como conquista da luta do movimento negra”.

A admissão da população negra às universidades se deu graças às cotas raciais e sociais. No livro *O negro na universidade* Munanga questiona os números ínfimos da presença negra nos espaços acadêmicos. A publicação é de 2004, quando apenas a UNB (Universidade de Brasília), a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e a UFBA (Universidade Federal da Bahia), com outras pouquíssimas instituições, começaram a debater a necessidade de cotas. O autor cita o texto *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*, do economista Ricardo Henriques, para construir a argumentação “Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de

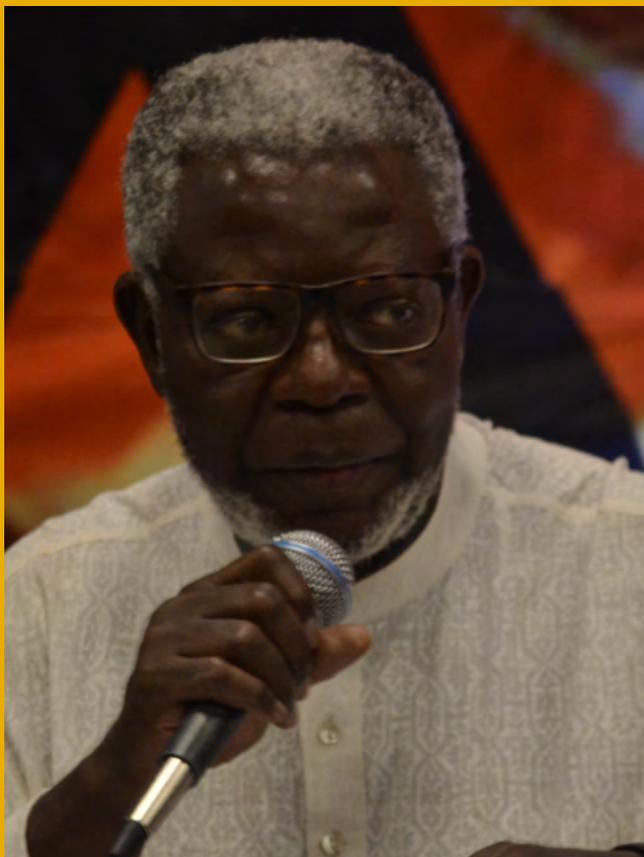
negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros”.

Munanga aponta em seu livro alguns motivos que causaram resistência à implantação da política de cotas, e faz uma contra argumentação. A primeira razão que causava estranheza às cotas é a dificuldade de definir quem é negro em um país mestiçado como o Brasil. O autor descredita esse argumento pois “num país onde a discriminação existe e é aceita, no mínimo quem discrimina sabe distinguir os discriminados.”. Outro motivo é a acusação de que as cotas beneficiariam apenas os negros, e, consequentemente, pessoas brancas de baixa renda não teriam o benefício. Entretanto, a lei vigente garante que pessoas com baixa renda e que não declaram a raça podem concorrer às vagas como cotistas.

Atualmente, os resultados das políticas de inclusão racial nas universidades se dão de forma lenta, mas mesmo assim é notória a democratização do ensino. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a implementação das políticas de cotas, o índice de negros com diploma do ensino superior cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017, confirmando as previsões feitas pelo antropólogo Munanga em seu livro de 2004



O professor e antropólogo Kabengele Munanga discute a importância de os próprios negros estudarem a antropologia racial brasileira



“Finalmente, as cotas poderão ou não contribuir para o recuo da discriminação social e racial na nossa sociedade? As cotas vão, sem dúvida, promover o acesso a uma educação superior de qualidade e, consequentemente, à capacidade competitiva dos alunos brancos pobres, negros e índios. Ou seja, vão incluir os beneficiados na classe média ascendente com efeitos multiplicadores, visto que a probabilidade dos filhos deles viverem a situação anterior dos pais é menos provável”, conclui.

O antropólogo também reitera a importância da fiscalização da política de cotas, a fim de evitar fraudes. “As primeiras universidades que adotaram as cotas antes da lei como a UNB criaram comissões de controle pois havia a consciência que poderia ter fraude. Em uma sociedade que possui fraudes na própria justiça também poderia haver formas de burlar a auto declaração das cotas”, afirma o professor que defende mais controle de quem utiliza o benefício.

Ao ser questionado sobre uma possível mudança epistemológica, Munanga afirma: “Claro. Lutamos por isso. Não podemos ficar esperando que o conhecimento chegue sozinho, devemos transformar o pensamento, a postura epistemológica”. Essa ação de criar novas epistemologias tem estabelecido um processo de reexistência: recusar os conceitos que nada têm a ver com a nossa realidade. Essa ação de recusa, argumenta Munanga, seria transformador da sociedade e tem a objetivo de descolonizar os nossos próprios pensamentos e enriquecer a ciência. O resultado desse processo seria acabar com essa oposição entre o sujeito e objeto de estudo.” A importância da representatividade negra nos espaços acadêmicos é fundamental para esta nova releitura. “A perspectiva, em primeiro lugar, é aumentar o número, porque ainda somos poucos. Ainda assim, tivemos resultados nos últimos 30 anos. Hoje em dia, devemos estar presente em todos os lugares, discutindo e contestando ideias erradas”, conclui.

Leia abaixo trechos da entrevista do Prof. Dr. Kabengele Munanga

GERSON SOUSA - Como pensar a militância negra no contexto de hoje, sobre qual sentido ela nos oferece sob o conceito de resistência?

KABENGELE MUNANGA - A militância negra, por muito tempo, foi desqualificada pela academia que pensava que o discurso da militância não era acadêmico, mas sim um discurso de panfletagem, de vítima, e que não era objetivo. Na realidade, isso é apenas preconceito, pois ninguém analisava o conteúdo daquele discurso para afirmar que não era científico. Além do mais, o discurso da militância, é um discurso que tem uma dose de ideologia. Na área das Ciências Humanas, que trabalha com o problema da sociedade, a ideologia está sempre presente em nossas análises. A questão é saber a qual serviço você coloca a ideologia: a serviço da hegemonia, do corpo dominante, ou você coloca essa ideologia a serviço da promoção da igualdade social? Por outro lado, quando a gente analisa o discurso, todo o discurso é permeado por ideologias e visões de mundo, porque na área das ciências sobre a sociedade, a neutralidade científica não existe. Somos todos posturas ideológicas. Você não pode desqualificar um discurso simplesmente porque veio do negro. Na verdade o que está por trás é o paternalismo. Isso é racismo, de quem acha que o negro não tem capacidade de analisar os problemas soci-



ais, que apenas os brancos podem. Precisamos lutar contra isso, e ter acesso à academia, que é um espaço de poder e dominação. Essa não é uma luta fácil. Há poucos anos que estamos nas universidades. Porque se você pegar a militância negra que precedeu a criação, por exemplo, da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros) tinha um discurso altamente qualificado. Mas ele era desqualificado. Os nossos livros não eram considerados como livros científicos na academia. Agora, que está sendo resgatado porque intelectuais negros e negras entraram na academia, pois até então para o mundo branco não produzíamos conhecimento. Você vê, por exemplo, mesmo aqueles jovens intelectuais

A *s primeiras universidades que adotaram as cotas antes da lei, como a UNB, criaram comissões de controle, pois havia a consciência que poderia ter fraude.*



que denunciavam o racismo na sociedade brasileira nunca questionaram a ausência de negros na mesma universidade: falavam do racismo de modo geral mas questionar os próprios espaços onde trabalhavam. Todo esse questionamento veio da militância negra. Se hoje temos algum resultado, podemos dizer que é uma conquista. Os resultados que temos hoje não caíram do céu. Tudo veio pela luta do movimento negro. Atualmente, temos outra batalha importante: descolonizar o conhecimento, a fim de transformar a sociedade, e para que nós mesmos possamos discutir o nosso futuro, a situação racial. Queremos ser reconhecidos por eles.

GERSON SOUSA - Qual a sua perspectiva referente o pesquisador negro na academia diante desse quadro?

KABENGELE MUNANGA - A perspectiva, em primeiro lugar, é aumentar o número, porque ainda somos poucos. Mesmo sendo poucos, tivemos resultados nos últimos 30 anos. Hoje em dia, devemos estar

presente em todos os lugares, discutindo e contestando nos colocar ideias erradas. Isso aqui é uma conquista muito grande. Aumentar o número de pesquisadores, estudiosos, negros e negras na academia poderá enriquecer a academia, vai cada vez mais ocupar assim, ocuparemos um espaço conceitual, que também é espaço de poder acadêmico, de poder de transformação na sociedade. É isso que nós queremos. Queremos estar presentes na política, na economia, cultura, queremos estar na academia para fazer ciência, e contribuir com a ciência.

GERSON SOUSA - Há uma necessidade de mudança epistemológica?

KABENGELE MUNANGA - É claro que lutamos por isso. Não podemos ficar esperando que o conhecimento chegue sozinho, devemos transformar o pensamento, transformar nossa postura epistemológica, criar nossas próprias epistemologias, criar nossos conceitos, recusar os conceitos que nada têm a ver com a nossa realidade. Isso seria transformador da sociedade. E também descolonizar os nossos pensamentos. E transformar e enriquecer a ciência: acabar com essa oposição entre o sujeito e objeto de estudo que eles criaram. Quem vai ganhar com isso é a sociedade brasileira. Porque eles tem limites, tem questões que eles não podem aprofundar e entender como nós. Como os homens: tem questões sobre as mulheres que os homens não podem falar melhor como as mulheres. Apesar dos homens serem solidários e trabalharem com isso, mas tem questões que os homens nunca vão entender, só mulher pode escrever sobre isso. Mesmo com a colaboração deles, mas há questões que eles não podem perceber. Mas eles não podem desqualificar a gente.





Fotos: Cássio Lima

A ex-ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes afirma que a desconstrução do mito da democracia racial se dá por tensões e não consensos

O Movimento Negro reeduca a Educação Básica

Conferencista: Profa. Dra. Nilma Lino Gomes (UFMG)

Coordenação: Profa. Rosa Margarida de Carvalho Rocha (UEMG)

Data: 13 de outubro

A EX MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL, NILMA LINO GOMES TORNOU-SE A PRIMEIRA MULHER NEGRA DO BRASIL A COMANDAR UMA PÚBLICA FEDERAL, AO SER NOMEADA REITORA DA UNILAB, EM 2013. A PEDAGOGA TEM SE POSICIONADO, FREQUENTEMENTE, NA LUTA CONTRA O RACISMO NO BRASIL.

O Movimento Negro na recolonização da Escola Básica

por Cássio Lima

Em 2 de outubro de 2015, Nilma Gomes foi nomeada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o novo cargo, que uniu as secretarias de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e parte das atribuições da Secretaria-Geral. Gomes permaneceu no cargo até o dia do afastamento de Dilma pelo Senado Federal. Em outubro deste ano, a docente da Universidade Federal de Minas Gerais abriu o Simpósio Nacional de Educação Básica da ABPN, durante o X Congresso Nacional de Pesquisadores Negros, com o tema “O Movimento Negro reeduca a Educação Básica”.

Educar é recolonizar: foi assim que a ex-ministra Nilma Lino Gomes deu início à palestra no X Copepe. “Os principais entraves da emancipação do negro é a superação do racismo na sociedade como um todo, que também se manifesta na escola, pública ou não”, declara Gomes. A gênese do enfrentamento está em reconhecer que o estabelecimento de ensino ainda é uma instituição que possui práticas racistas. Para que sejam desconstruídas torna-se necessário construir uma nova pedagogia de combate a tais práticas. Atualmente, os professores têm a nova Lei de Diretrizes Básicas da educação alterada, em que há uma série de orientações para o corpo docente da escola sobre como se pode construir uma educação para as relações étnico raciais e, que a escola brasileira seja anti-racista.

O próprio movimento negro tem realizado orientações e produções de saber que auxiliam a escola e seus currículos a repensarem suas ações de forma democrática e inclusiva.

O mito da democracia racial permeia de forma considerável os estabelecimentos de ensino. A crença de que vivemos num país não racista insiste em permanecer, até mesmo em algumas práticas pedagógicas que trabalham com o tema no calendário escolar, semelhante ao que acontece no Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de Novembro, em homenagem a morte de Zumbi dos Palmares. A superação para a ex-ministra está em deixar de ser “romântico”. “Quando a escola não aceita que há racismo, quando prega que todos os grupos étnicos raciais viveram em harmonia no Brasil como se não tivesse havido tensões, relações de poder, disputas - acaba por perpetuar a prática discriminatória”, relata Gomes. A ex-ministra denuncia os mecanismos de reprodução de inverdades históricas que procuram esconder um passado de lutas, de resistência e ganhos de direitos sociais da comunidade negra. A maior consequência desse comportamento escolar é a formação de novos sujeitos que negam o conflito e deixam de contribuir de forma significativa para que ele acabe na vida social, já que é ignorado nos processos pedagógicos de formação cidadã.

Quando a escola assume uma posição crítica, ela começa uma desconstrução do mito da democracia racial e passa a entender que há um direito a todo estudante negro e não negro de ter respeitado sua cultura, vivência, conhecimentos e valores. A partir de então, os currículos escolares passam a inserir conhecimentos para todos os estudantes, considerando as relações étnico raciais. “A escola deve primar pela manifestação da pluralidade. O negro não é apenas um estudante. Ele vem com a sua ancestralidade, a roupa, o cabelo, o estilo negro de ser expresso no corpo em movimento nos ambientes do saber”, defende Gomes.

Um novo paradigma se abre aos movimentos negros do país. Primeiro pela marcação do discurso de implementação de novas políticas públicas na esfera étnico racial; Segundo, pela fabricação de novos saberes que possibilita funcionar como um braço da escola no trabalho cotidiano de inclusão. “O movimento negro reeduca a educação básica, na medida em que traz ao convívio escolar temáticas antes ignoradas ou pouco abordadas em profundidade pela gestão escolar”, coloca a ex-ministra. Ela defende uma nova postura dos movimentos negros na reprodução dos saberes para que ocupem lugar de protagonismo na formação dos estudantes e deixem de ter papel periférico na relação ensino aprendizagem. Aqui, o saber negro passa a compor o conteúdo étnico racial da escola básica.

A conferencista afirma que o fundamento da escola brasileira surgiu para não atender pobres e negros. A sua essência é de exclusão. Sendo assim, a escola pública se abre por força e pressão. “Um processo contínuo de tensionar para gerar o debate. Esse avança em alguns pontos e, em outros, não. Mesmo assim provoca acomodações positivas de inclusão”, complementa. Para se ter um efetivo combate ao racismo na educação torna-se necessário partir da premissa de que os avanços se dão nas tensões e, não nos consensos. Como



aponta o educador Paulo Freire quando teoriza sobre democratizar a escola, principalmente na pluralidade da escola pública, onde é preciso tensionar para conquistar direitos, com isso, ocorrerá mais expansão do saber inclusivo.

Outro fator importante neste processo contínuo do conhecimento pelas diferenças, é saber que a educação básica não está inteiramente acabada. Os novos saberes funcionam como produção dialética do conhecimento, esse mais democrático e contemplado nos diversos aspectos da vida social. Nesse caso, torna-se mais plural com a introdução efetiva da realidade étnico racial. “Os projetos pedagógicos devem abordar as questões raciais como direito adquirido, um espaço já conquistado, contribuindo para uma naturalidade no trato da temática no ambiente sala de aula”, diz

Gomes. E argumenta sobre a necessidade de evitar trabalhar a questão racial com algo exótico, desconectado do cotidiano da escola.

Segundo Nilma Lino Gomes, o tratado com a diversidade não pode ser de forma romântica, dependente de datas comemorativas, onde gera apenas uma reflexão sobre a problemática social, fora do dia a dia dos estabelecimentos educacionais. O currículo étnico racial, a cultura e a crença ancestral dos negros não podem ser absorvidos como elementos exóticos, contemplativos, sem interação com a realidade fora e dentro da escola. O recorte da questão social e racial estão impregnadas, indissociável.

As estruturas sociais são rígidas. As normas que regulamentam tais estruturas incidem sobre os sujeitos da forma mais diversa possível o lugar oprimido do negro. “O caminho é reeducar a escola, é no ensino básico onde está as primeiras experiências de vida escolar. Uma realidade que será sempre marcada por tensionamentos”, diz Gomes. Então, uma rede do saber precisa ser tensionada: a universidade com seus currículos de licenciatura, a direção escolar com a introdução da temática étnico racial no eixo curricular comum, os novos educadores com uma visão ampliada da existência do racismo na escola e, que precisa ser admitido para que haja o combate.

A ex-ministra chama atenção sobre a prática dos tensionamentos, que devem ser encarados como uma alternativa positiva para os enfrentamentos das estru-

turas do saber que estão consolidadas e resistentes às mudanças. “A ação de desconstruir gera propostas reeducativas. Isso ocorre na tensão, se houver consenso esta etapa evolutiva é interrompida”, conclui. Na tentativa de impedir retrocessos, o movimento negro precisa romper com um contexto inadequado de padrões normativos da educação básica. Para isso deve lutar para: alterar os padrões de conduta, retirar os sujeitos negros do lugar de oprimido, trazer à tona os preconceitos e as concentrações de poder que não querem ser alteradas.

Quando a escola não aceita que há racismo, que todos os grupos étnicos raciais viveram em harmonia no Brasil acaba por perpetuar a prática discriminatória.

A construção de uma escola inclusiva e resistente ao racismo depende de uma nova postura do movimento negro, com ações mais efetivas em todos os setores da sociedade. Os negros articulados politicamente abrem uma nova perspectiva de protagonismo. A atuação em vários segmentos, movimentos sociais e acadêmicos, - considerando a realidade racista que deve ser tensionada, sem romantismo e expondo os elemen-

tos históricos contribuem para a consolidação do processo de construção dos saberes - , criam um protagonismo importante no currículo escolar. “A história da cultura negra veio de dentro para fora e não de fora para dentro. Ou seja: a emancipação passa pelo retorno à diáspora africana, desconstruindo ideologias racista e desmistificando estereótipos”, defende Gomes.

Nestes tempos de tensão política, o processo de reeducação inclusiva corre risco de emudecer. Em contraponto, o movimento negro deve produzir

conhecimento acadêmico e de militância frente à realidade nacional do racismo epistêmico. Portanto, tornar acessível a construção do próprio saber negro. Na prática, a escola básica volta apenas para a arte (o grafite, por exemplo) e a religiosidade estariam apenas reproduzindo o que já existe, o que está disponível em maior ou menor grau pela sociedade, sem interferir decisivamente no desmantelamento do racismo institucional na escola. “O educador precisa ser incisivo nas pedagogias étnico raciais”, finaliza.

Os avanços legais da educação étnico racial

A compreensão sobre os documentos oficiais do Governo que rege o sistema educacional do país é de extrema relevância. A primeira, as Diretrizes Curriculares que obedeceu um amplo processo de discussão no país, onde colocou a temática étnico racial como conteúdo obrigatório do eixo curricular comum. O segundo, as Diretrizes Quilombolas, onde carrega uma organização mais aprofundada desse recorte

inclusivo e contribuem de forma significativa na disponibilidade de conteúdos a serem explorados na relação ensino-aprendizagem. Por último, o próprio Plano Nacional de Aplicação das Diretrizes, com destaque para as lutas históricas, incluindo a formação educacional, tendo como referência a Constituição de 1988. Em suma, a construção da identidade negra é um direito, algo afirmativo e dado pelo estado democrático.

Para Nilma Lino Gomes, mesmo que as garantias legais estejam asseguradas, os processos identitários são algo em construção, assim como, a arte, a história e a evolução dos povos. Nesse movimento, a escola básica tem como dever construir um cotidiano de combate ao racismo. A pedagogia traz isso no seu cerne, na sua essência constitutiva. Portanto, a luta também se debruça na eliminação de pedagogias racistas, num entendimento paralelo ao que está garantido na Constituição. “A resistência precisa partir de questões que já estão inseridas, mesmo que haja tensões para garantir este lugar de emancipação”, alerta Gomes.

Um olhar sobre o corpo negro na escola, como conhecimento de ancestralidade e afirmação social são possíveis com uma pedagogia que abarca a questão étnico racial. A corporeidade negra de resistência, com elementos sagrados da religiosidade africana são arrancados da educação básica num processo de ex-

A tentativa de tomada de poder de grupos que querem assaltar o estado democrático violentam todos os avanços da diversidade.

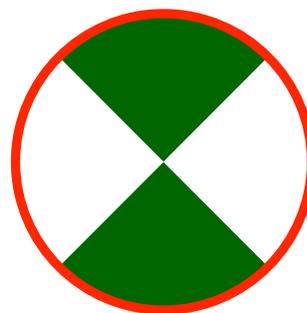


clusão histórica. “A ancestralidade do corpo negro que sofre violência é o mesmo que deve gerar a defesa pela violência, rompendo e imprimindo a permanência da identidade negra na sua amplitude”, afirma Gomes ao evidenciar o racismo institucional na educação. O samba, o funk, a capoeira, a arte nos corpos negros devem ser garantidos na sua relação étnico racial, sem a deturpação da apropriação cultural que dá outros sentidos, desconectados da ancestralidade negra. “A sala de aula é um local de enfrentamentos, não somente de concordâncias”, complementa.

As diretrizes fundamentais para o enfrentamento do racismo na escola básica passa pela integralidade na aprendizagem entre negros e brancos. Os primeiros anos da vida escolar devem ser marcados pela construção de uma sociedade inclusiva. Todavia, os racismos e discriminações perpassam pela escola, mas não nascem nos estabelecimentos educacionais - por isso a tarefa de reeducar. Para tanto, não se pode improvisar, tal prática violenta as relações étnicos raciais, reiterando o preconceito institucional. “A reeducação que nasce nos quilombos e traça uma caminhada institucional para existir no panteão teórico curricular - é muito recente”, diz Gomes.. Compreender essas questões pelo aspecto negro quilombola, somado às mulheres negras, as crianças e a juventude ainda são desafios diários. “Algumas escolas resistem, porém, os órgãos representativos dos movimentos negros não podem

parar de tensionar”, conclui..

Nesse momento de acirramento de forças conservadoras, capitalistas, de extrema direita no Brasil - nós temos que lutar pela nossa democracia que está em risco, onde todos os avanços das minorias tendem a fragilizar, como as mulheres, os negros, os quilombolas. O que se coloca na onda de conservadorismo da extrema direita é uma recusa de um trato afirmativo de direito da diversidade, isso está colocado em jogo. “Neste momento temos que agir com força, sabedoria e prudência para fazer valer o que já conquistamos, são avanços simultâneos da escola e da sociedade brasileira, pois quanto mais se supera o racismo, melhor a sociedade fica para todos nós”, aponta Gomes ao retratar a realidade política e social no país.. A construção desta compreensão é um embate, gera confrontos e tensões, pois o que está em jogo são as relações de poder. “A tentativa de tomada de poder de grupos que querem assaltar o estado democrático de direito, ao fazer tais assaltos, eles violentam todos os avanços da diversidade. Para isso, temos que voltar a tensão para a escola básica”, conclui.



Da desumanização quilombola aos Ensinos Básico e Superior

por Beatriz Ortiz



GEORGINA HELENA LIMA NUNES É GRADUADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, MAS, AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA, ENVEREDOU-SE CADA VEZ MAIS NOS RAMOS VIANDANTES DA EDUCAÇÃO. PESQUISADORA E MILITANTE APAIXONADA DAS QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO, HOJE ATUA ENQUANTO PROFESSORA ADJUNTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL) E ENFATIZA AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO RURAL, EDUCAÇÃO DE RELAÇÕES RACIAIS, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR.

Perspectivas e desafios das pesquisas para fortalecer os direitos quilombolas no Brasil: 14 anos de luta em defesa do decreto 4887/2003.

Conferencista: Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes

Moderadora: Ms. Givânia da Conceição Silva (UNB/CONAQ)

Data: 13 de outubro de 2018

ENE 2012- COPENE



Fotos: Beatriz Ortiz

Foi com entusiasmo que a cientista participou do 10º Congresso de Pesquisadores/as Negros/as (X COPENE), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Ao tratar das perspectivas e desafios das pesquisas para fortalecer os direitos quilombolas no Brasil, a pesquisadora, antes de tudo, colocase enquanto sujeito histórico e delimita o próprio local de fala. Georgina é mulher, negra, não-quilombola, militante do movimento social negro, professora rural e atuante na Educação Básica.

Jornadeando além da docência e atuando, ao longo de sua experiência de vida, com formação de professores, construção de material didático, desenvolvimento de políticas públicas para quilombolas e organização de encontros regionais, encontrou nos quilombos não somente um objeto de pesquisa, mas um espaço pensante de ressignificação do olhar pesquisador e de desenvolvimento de pesquisas. Georgina, então, “se aquilombou da questão qui-

lombola”, alicerçando o coração à luta e, obstinadamente, partindo à peleja.

(Des)colonização, existência e pesquisa

Latifúndio, ocupação, centro urbano, periferia, reserva indígena, quilombo. Num país de aproximadamente 8.516.000 km², a reforma agrária jamais acontecida pesa nos conflitos de terra que permeiam a extensão brasileira. O assassinato do ambientalista Chico Mendes e o genocídio dos Guarani Kaiowá são apenas exemplos clássicos do sangue que irriga nossas terras: no Brasil, só em 2017, foram 14 quilombolas assassinados. Um deles, Binho, tinha acabado de deixar o filho na escola. Ao entrar no carro, levou dez tiros na cabeça.

Num contexto desses, o recente decreto de lei nº 4887/2003 é de suma importância à identificação, por autodeclaração, de terras quilombolas. Trata-se de um traço de reconhecimento, por parte da legislação brasileira, da magnitude de nossas dívidas his-

tóricas. O próprio artigo segundo do decreto categoriza: “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. O decreto só ganhou constitucionalidade em fevereiro de 2018, após persistentes idas e vindas das lideranças políticas quilombolas à Brasília. A vitória tardia tem desafios pela frente: segundo a Agência Brasil, até maio deste ano, menos de 7% das áreas quilombolas haviam sido tituladas.

Adicionemos à esdrúxula realidade as ameaças do governo de Jair Bolsonaro (PSL) e General Mourão (PRTB) e teremos um quadro opressivo ainda mais intenso. Em 2018, ascenderam ao poder políticos com discurso explícito de retirada de direitos, desumanização e deslegitimação discursiva e prática das comunidades quilombolas. Fora o próprio Bolsonaro, que referiu-se aos quilombolas como pesados em arrobas - uma unidade de medida utilizada para pesar animais, nomenclatura comum nos tempos escravocratas -, um exemplo é o eleito senador mais votado do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Heinze (PP), que afirmou que “quilombolas, indígenas e lésbicas não prestam”.

“Estamos sendo lembrados nas nossas não humanidades e de lugares de inferioridade que precisamos superar na medida em que avançamos em políticas públicas e na proposição de um projeto de sociedade para negros e não negros”, argumenta Georgina. E é nesse espírito que a pesquisadora coloca, então, o quilombo não enquanto lugar de re-existência, ou ainda, de resistir para existir - discurso que predomina hegemonicamente há



tempos, oriundo de intelectuais de esquerda - mas de existência com resistência, em que, todos os dias, a existência produz resistências renovadas.

Georgina entende a importância de pensar a pesquisa de, para, com e sobre as comunidades quilombolas. Para ela, é preciso compreender o quilombo como possibilitante de redimensionamento dos projetos sociais e de diversificação epistêmica, evocando dois movimentos: a fuga à obediência aos ditames da ciência moderna e a descontenteudização de processos e produtos da prática investigativa. Assim como é impossível pesquisar quilombo sem a ideia de totalidade, também o é acomodar esse universo de experiências e pesquisas dentro de campos e conceitos que não colocam o quilombo enquanto território de essência. Em outras palavras, não é possível fazer ciência negra num modelo de ciência branca.





A professora e pesquisadora Georgina Nunes discute sobre perspectivas e desafios das pesquisas para fortalecer os direitos quilombolas no Brasil

No que se refere à hegemonia da branquitude discursiva, existe, portanto, um locus efervescente de contradição na reprodução de ideias e ideais. Georgina, ao encarar a emergência de uma governança racista, chorou por uma semana, mas acabou erguendo a cabeça. “Eu me tomo de uma energia oriunda não sei de onde para dizer: a gente sempre existiu resistindo. Existiremos sempre resistindo. Não nos renderemos ou nos integraremos. Seja qual for o governo que se colocar no país, nós estaremos à frente fazendo mudanças”.

Quilombo, Educação Básica e Ensino Superior

Vivemos em um país em que a fala do presidente do Asilo Padre Caciue sobre o Quilombo Lemos - “vão sair nem que seja a última coisa que eu faça” - é naturalizada e legitimada. Dialeticamente, esse é o mesmo país em que cresce o número de pesquisas e pesquisadores quilombolas interessados na produção de conhecimento de suas realidades e de realidades outras. Tais pesquisas vêm para provar que o quilombo não é isolado do contexto político, econômico e cultural do restante do Brasil.

O crescimento, de 2008 a 2018, de mestrados e doutorados relacionados aos quilombos são, para Georgina, um processo tardio de consolidação e uma produção potente na função social da pesquisa à realidade quilombola. A pesquisa é uma arma contra os ataques hegemônicos. O desafio, agora, é consolidar um destino às pesquisas. “O que fazemos?”, pergunta Georgina. Transformá-las em produtos, acúmulos ou alimento para a produção de conhecimento branco não são opções viáveis.

A pesquisadora encontrou partes da resposta na Educação Básica. A comunidade quilombola Conceição de Criolas e o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos são exemplos de resultados da função social das pesquisas. Pesquisas essas, vale dizer, fomentadas não somente pela curiosidade científica, mas por políticas públicas histórica e dolorosamente consolidadas por pesquisadores à comunidade quilombola. Com elas, emergem pedagogias e metodologias de combate às injustiças sociais, transformando todo o processo educativo num caminho “vitorioso, resistente, emocionante e complexo”.

O caminho recebe o apoio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2012. Através delas, garante-se a interdisciplinaridade e a multiplicidade educativa própria das comunidades quilombolas. A pesquisa enfim sai do feudo acadêmico branco e põe educadores e crianças enquanto pesquisadores, recuperando o que é feito historicamente na comunidade e dialogando com

outras formas de conhecimento. Como exemplo, temos o diálogo entre um professor e um aluno do Colégio Diogo Ramos:

ALUNO: Bom dia, pessoal. Vou faltar na aula hoje por causa que eu vou buscar taquara no meio do mato com o meu avô.

PROFESSOR: Como assim, não vai à escola? Pois você terá aula, não com o professor, mas com o mestre que é o seu avô. A floresta para nós também é uma escola. Boa aula!

Georgina coloca a produção de conhecimento quilombola, então, como disruptiva ao modelo hegemônico e potencializadora de outros saberes e fazeres pedagógicos. Segundo ela, é para uma atitude pedagógica transdisciplinar que precisamos ser formados. Afinal, muitas vezes, a escola em si pode ser deseducativa.

E, por defender que é impossível pensar em qualquer processo de conhecimento apartado dos sujeitos que vivem e protagonizam o movimento quilombola, é que Georgina levanta a questão das ações afirmativas para quilombolas no Ensino Superior. “Quando se entra na universidade, não se entra sozinho: se entra com a comunidade. E é preciso revisitar os compromissos com a comunidade e os compromissos da universidade com a comunidade”, pontua a pesquisadora.

Nesse sentido, já houve um encontro de estudantes quilombolas na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2017; e, em novembro de 2018, acontecerá um encontro nacional no Quilombo de Cavalcante, também em Goiás. As articulações fecham a ideia de que a universidade e a comunidade

*Quando se entra
na universidade,
não se entra sozinho:
se entra com a
comunidade.*

quilombola têm que dialogar, nos sentidos de conquista coletiva e construção de outras perspectivas de construção de conhecimento. “Os quilombolas, assim como os negros, não têm um projeto social voltado apenas para os quilombolas”, frisa a professora. “Pelo contrário, eles têm propostas sociais voltadas ao todo, rompendo um ciclo de violência e autodestruição”.

Georgina finalizou sua articulação, com a fala de uma quilombola pesquisadora, militante e professora. Aqui, retomamos a existência com resistência digna do movimento quilombola:

“A gente vai pra cima para brigar pelo nosso espaço de fala, para poder dizer que a gente está aqui, que o problema é nosso, da sociedade. Mas a sociedade não toma o problema como seu. Então o problema é nosso, dos quilombolas. Se é nosso, somos nós que vamos pautar o certo e o errado, o dito o dizido. Nós que vamos falar. Ninguém vai nos calar”.

Referências

BRASIL. Constituição (2012). Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 20 nov. 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (2018). Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília,

DF, 20 nov. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DÉBORA BRITO (Brasília). Agência Brasil. Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. 2018. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DÉBORA FOGLIATTO (Santa Catarina). Sul21. Presidente do Padre Cacique sobre Quilombo Lemos: ‘vão sair nem que seja a última coisa que eu faça’. 2018. Disponível em: <www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/11/presidente-do-padre-cacique-sobre-quilombo-lemos-va-sair-nem-que-seja-a-ultima-coisa-que-eu-faca/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VICTOR PIRES (Brasil). Instituto Socioambiental. Violência contra quilombolas dispara em 2017: Lideranças e movimentos atribuem tendência de aumento de assassinatos a contexto político do governo Temer. Mais de 70% dos casos, neste ano, ocorreram na Bahia. 2017. Disponível em: <www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/violencia-contra-quilombolas-dispara-em-2017>. Acesso em: 10 nov. 2017.





ELISA LARKIN NASCIMENTO CURSOU DOIS ANOS NA UNIVERSIDADE PRINCETON (1971-74) E COMPLETOU SUA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE NOVA YORK (EUA), RECEBENDO O BACHAREL EM ARTES, SUMMA CUM LAUDE, EM 1976. REALIZOU O MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (1978), ASSIM COMO O JURIS DOCTOR (MESTRADO EM DIREITO, 1981) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE NOVA YORK. ELA COMPLETOU O DOUTORADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, EM 2000. ATUALMENTE DIRIGE O INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (IPEAFRO).

A atualidade da Arte e do Pensamento de Abdias Nascimento

Conferencista: *Elisa Larkin Nascimento*

Moderador: *Prof. Dr. Pedro Barbosa (UFG)*

Intervenção artística: *Milsoul Santos*

Data: 13 de outubro

Luta e resistência na vida e obra de Abdias Nascimento

por Bruno Inácio

Elisa Larkin Nascimento, diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, lembra a trajetória do ativista francano

Elisa tem experiência nas áreas de Educação e Antropologia, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente em temas como: atitudes étnicas e raciais, sistemas africanos de conhecimento, negros (Brasil), diáspora africana e movimentos sociais. Em sua participação no COPENE 2018 (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros), Elisa iniciou a sua fala destacando o grave período político que o país atravessa. E lembrou, no entanto, que esse momento “não é diferente da situação que o negro do Brasil enfrenta desde que chegou aqui”.

Esse aspecto político social é abordado em sua conferência – “A atualidade da Arte e do Pensamento de Abdias Nascimento” – realizada no dia 13 de outubro.

Abdias Nascimento – com quem Elisa esteve casada por mais de três décadas – faleceu em 2011. Ele atuou como poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos das populações negras. Nasceu em 1914, no município de Franca, no interior de São Paulo, e, ao longo de sua vida fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Mu-



seu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), atualmente dirigido por Elisa.

Abdias Nascimento atuou como professor na Universidade do Estado de Nova York e fundou a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto Riquenhos. O docente também foi conferencista visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale e professor convidado do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ife, em Ile Ife, Nigéria. Ele ainda idealizou o Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Ação Integralista Brasileira, a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo.

Infância e juventude

Elisa conta que ainda na infância, Abdias Nascimento enxergou a opressão sofrida pelos negros e decidiu que faria algo a respeito. Houve um momento – descrito pelo próprio Abdias, em suas memórias – que foi determinante para despertar o seu desejo pela luta por um mundo mais justo e igualitário. “Eu tinha um companheiro chamado Filisbino, que era muito pobre e, além disso, órfão de pai e mãe. Ninguém sabia ao certo como ele sobrevivia, pois andava todo esmolambado, tinha bicho-de-pé. E o coitado fazia o maior sacrifício para frequentar as aulas, pois não tinha a mínima condição. Havia também a mãe de um outro colega de escola, uma mulher que era o próprio espírito de porco, que, não sei por que cargas-d’ água, um certo dia encrencou com o Filisbino. E, em pleno meio da rua, começou a bater no menino, aplicando-lhe uma surra tremenda, enquanto as pessoas olhavam aquilo com a maior passividade e indiferença. Mas a minha mãe, quando viu aquela situação de violência e covardia, interveio em socorro do Filisbino. Foi a primeira vez em que eu vi a minha mãe entrar em luta corporal com alguém, e ela estava uma fera. O en-

*Cada vez mais, ele lia,
estudava, se situava
politicamente e continuava
a lutar contra a
discriminação racial*





volvimento da minha mãe naquela situação conflituosa serviu, sobretudo, como uma lição para mim. Pois ela estava ensinando para a gente que nós nunca poderíamos ficar de braços cruzados vendo uma cena daquelas, de uma criança apanhando de um adulto, uma estranha, ainda mais sendo branca, que, além da pancadaria, procurava humilhar o menino pela sua origem e pela cor da sua pele. Aquela atitude de minha mãe foi, de fato, uma lição formidável de que eu jamais esquecerei”.

Além da mãe, Georgina Ferreira do Nascimento (cozinheira, doceira e costureira), Abdias viveu a infância e parte da juventude junto ao pai, José Ferreira do Nascimento (músico e sapateiro), e os seis

irmãos. “Ele nasceu num momento em que a mão de obra de negros em fazendas estava sendo substituída pela de imigrantes europeus. Abdias, contudo, acompanhava a sua mãe nas fazendas em que ela trabalhava. Ele ficava com vontade de estudar, mas não podia frequentar as escolas das fazendas, por ser negro”, conta Elisa.

Entretanto, depois de se formar em contabilidade, ainda na adolescência, Abdias foi convidado a ser guarda livros e professor de uma fazenda. “Mas quando a carroceria foi buscá-lo, o condutor disse que ele deveria ir na parte de trás, junto às galinhas e à ração. Abdias se recusou a subir na carroceria, pois aquilo era totalmente humilhante”, relata.



Em 1930, Abdias se muda para São Paulo e passa a integrar o Exército. Nesse mesmo período, passa a militar junto à maior organização política de defesa da causa negra do país: a Frente Negra Brasileira. “Cada vez mais, ele lia, estudava, se situava politicamente e continuava a lutar contra a discriminação racial”, resalta Elisa. Pouco depois, é expulso do Exército após se envolver em uma briga com um homem que não aceitou que Abdias entrasse em um estabelecimento pela porta principal, alegando que era a porta dos fundos a dedicada aos negros.

Viagens, retorno e prisão

Abdias se mudou para o Rio de Janeiro para estudar economia. Nesse período, passou a integrar

um grupo de poetas sul-americanos e iniciou uma viagem pela América Latina. “Em uma viagem ao Peru, esse grupo vai a um teatro e assiste a uma peça sobre a questão racial. Porém, ao ver que os personagens negros eram interpretados por atores brancos pintados de preto, Abdias decidiu, naquele momento, criar o seu próprio teatro para lutar contra o racismo”, diz Elisa.

De volta ao Brasil após dois anos, Abdias vai para uma festa de carnaval em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, onde novamente é vítima de racismo. “Ele estava dançando. Então, de repente, um homem toca o ombro dele e diz: ‘o senhor não pode dançar’. Abdias questiona o motivo. E o homem responde: ‘o senhor é de cor baixa’. Essa foi a primeira vez que Abdias ou-

***A**o ver que os personagens negros eram interpretados por atores brancos pintados de preto, Abdias decidiu, naquele momento, criar o seu próprio teatro para lutar contra o racismo*



viu essa expressão”, relata. De volta a São Paulo, Abdias é preso e enviado para o Carandiru. A alegação da polícia foi que a prisão ocorreu devido à briga em que Abdias se envolvera anos antes, quando um homem disse que ele não poderia usar a porta principal do estabelecimento. “No Carandiru, ele cria o Teatro do Sentenciado. Os próprios presidiários escreviam os textos e os interpretavam em apresentações”, lembra Elisa.

Teatro e exílio

Após sair da prisão, o ator vai para o Rio de Janeiro e funda o Teatro Experimental do Negro, em 1944. Foi através dessa experiência que Abdias identificou e expôs o fato de que eram raras as peças da dramaturgia brasileira que davam papéis de destaque a personagens negros. Também é através do Teatro Experimental do Negro que surge o jornal Quilombo, criado por Abdias. “Após esse período, ele passa a participar de diversos eventos e festivais, até que em 1968 ele vai para o exterior e é impedido de voltar ao Brasil pelo AI5”, conta Elisa.

No exterior, Abdias passa a se dedicar cada vez mais à arte, em especial à pintura. Produz inúmeras obras e se torna professor universitário nos Estados Unidos. Em 1977, durante o II Festival de Arte Negra, na Nigéria, Abdias faz um discurso intitulado “Democracia no Brasil: mito ou reali-



dade?”, que no ano seguinte foi lançado pela editora Paz e Terra no Brasil, em versão estendida, com o nome de “O genocídio negro brasileiro”. A obra, considerada referência em questões raciais, foi relançada recentemente no país.

De volta ao Brasil, após receber anistia, Abdias foi deputado federal de 1983 a 1987, e senador da República de 1997 a 1999, assumindo a vaga após a morte de Darcy Ribeiro. Em 2006, em São Paulo, se torna o responsável pelo projeto que instituiu o dia 20 de novembro como o Dia de Consciência Negra. Abdias Nascimento morreu no ano de 2011, após insuficiência cardíaca, deixando como legado inúmeros trabalhos que o consagraram como um dos maiores símbolos da defesa da cultura negra do país.



Abdias: um Ancestral que permit

por Emerson Soares



ELISA LARKIN NASCIMENTO TEM HOJE 64 ANOS, É CIENTISTA SOCIAL E DOUTORA EM PSICOLOGIA ESCOLAR PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. COMANDA, ATUALMENTE, O INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, O IPEAFRO, LOCALIZADO NO RIO DE JANEIRO. ESTEVE NO X CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, SEDIADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, ENTRE OS DIAS 12 E 17 DE OUTUBRO DE 2018, MESMOS DIAS PELOS QUAIS ESTAVA DISPONÍVEL A EXPOSIÇÃO SOBRE A VIDA, MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE ABDIAS NASCIMENTO, REFERÊNCIA NOS ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E NAS ATUAÇÕES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E CONTRA A CONTINUIDADE DO GENOCÍDIO NEGRO.

Fotos: Emerson Soares

Exposição África-Brasil: o legado de Abdias Nascimento

te Re-Existência

Elisa Nascimento relembra a trajetória e memória de Abdias Nascimento e sua importância para a luta negra.



Ele também fundou o Teatro Experimental Negro que, naquela época, tornou-se um espaço importante de acolhimento e de concessão de protagonismo a pessoas negras por meio da arte. Abdias fez da arte uma segunda forma de manifestação política.

Os textos e as imagens da exposição foram redigidos e selecionados por Elisa Nascimento. Na entrada, a sutileza semântica e a força dos Orixás: de um lado, a foto e a biografia de Josefina Nascimento, mãe de Abdias. Do outro, a figura de um

Exú que, nas práticas religiosas de matriz africana, abre os trabalhos – o poder da maternidade e da fé liderando a narrativa de Abdias ali construída. Por ali, a vida de um Abdias que tanto refletia (e insiste em refletir) outras vidas negras mais: entre fotos do ativista e parágrafos-síntese, o retrato da violência policial, o símbolo de luta das religiões afro-brasileiras, a violência da negação de direitos a trabalhadoras domésticas.

A exposição de Abdias, sendo sediada na Universidade Federal de Uberlândia, ganhara dimen-



são simbólica. Sua mãe nasceu na cidade antes de tê-lo em Franca. Da mesma forma que lembrar Abdias é recuperar nossas raízes, sua presença – pelas mensagens e trajetória vistas em exposição – em Uberlândia foi um retorno às terras de sua ancestral.

As falas de Elisa ocuparam um lugar importante ao reviverem a memória do Abdias que fora seu marido, mas também um retrato da resistência. Pouco antes da entrevista concedida, Elisa participava de conferência sobre o processo de crescimento das religiões afro-brasileiras em São Paulo e também dos episódios de violência relacionados a elas. Ali, no Congresso, além da resistência, um desabafo – na verdade, vários, uma vez que o Congresso instaurou um novo espaço de acolhimento e de integração entre as pessoas negras. Por meio do evento,

houve a possibilidade de disseminar e fortalecer as vozes que foram descobertas e potencializadas por meio da pesquisa na academia. Mas também de solidarizar nossas problemáticas como uma forma de melhor pensá-las, e continuar a resolvê-las.

Esse novo espaço de luta se efetiva como uma continuidade no processo desenvolvido por Abdias em seus tempos: quando criou o Teatro Experimental do Negro (TEN), o que ele buscava era criar um local de acolhimento e de ressignificação da existência do sujeito negro, permitindo convivências e novos encontros. A atenção a performance teatral como mecanismo de desenvolvimento desses sujeitos e como plataforma de resistência se configuraram como metáfora. Pela performance e pela imaginação, possibilidades de ser que não fossem aquelas sempre associa-



das a subalternidade. Pelo roteiro e pela fala, a concessão de voz, e voz simboliza lugar, manifesto. Significa dizer que existe.

Ao relatar sua experiência no 10º Congresso, Elisa fala de um espaço no qual enxerga uma juventude negra que cria novos espaços de construção das próprias narrativas, de liderança e autoria em suas perspectivas.

Pelas nossas lutas, forças e ancestralidades, construímos legados, como Elisa também coloca. Resistência negra e ancestralidade é isso: legado. A memória que se cria, a herança que se deixa e a força que se gera. Pesquisadores negros novos surgem, enchemos espaços, escrevemos sobre a nossa própria história e sobre nós mesmos.

Abaixo, a entrevista concedida por Elisa Nascimento.

EMERSON SOARES: Você participou do processo de seleção dos elementos (da exposição) que estão na Reitoria?

ELISA NASCIMENTO: Não só de seleção, como eu também sou autora dos textos que estão nos painéis. Esses painéis são de uma exposição que nós fizemos no Rio de Janeiro. Então, o IPEAFRO preparou, eu preparei, como curadora dessa exposição, escolhi as imagens, que são todas as imagens do nosso acervo, e os (textos) que não são textos de docu-

mento do acervo, são textos meus.

EMERSON SOARES: Qual foi a concepção por trás da exposição? O que você quis trazer do Abdias?

ELISA NASCIMENTO: Na verdade, o que nós temos são duas correntes da experiência ancestral negra, que é a corrente que eles chamam da questão do enfrentamento ao geno-

***E**u estou presenciando
isso, vivenciando isso...
a juventude criando novas
formas de recriar, e
revivificar esse legado que é de
luta, de resistência, e também
um legado de criação, de
construção, de autoria.*

cídio, num plano objetivamente, efetivamente político, de enfrentar mesmo a opressão; e por outro lado, o lado criativo, o lado de cultura, o lado das artes. Então, como o Abdias sempre não só atuou nessas duas frentes, como as combinou, o Teatro Experimental do Negro era uma iniciativa de enfrentamento ao racismo, mas com atuação cultural, com esse plano da identidade cultural que, naquela época, foi uma coisa inédita. Não se tinha isso. Se tinha a luta

contra a discriminação racial e pela igualdade, mas não havia esse lado da dimensão de assumir os valores de origem africana e usar o plano artístico como uma frente de luta.

EMERSON SOARES: Pra quem vai na exposição e não conhece o Abdias, qual é a imagem que se vai ter dele?

ELISA NASCIMENTO: Bom, eu espero que comunique isso que

1914. Mas ela é daqui. Então assim.. a gente conta um pouco da vida dele, e dessa trajetória de luta dele e da produção artística. Espero que a pessoa possa conhecer isto.

EMERSON SOARES: Do que está lá, tem alguma coisa que se destaca para você? Algum material do acervo?

ELISA NASCIMENTO: Pra mim, é difícil dizer. Eu acho que uma das imagens que está lá, quer dizer, fora o Exú né, primeiro é o Exú e Três Tempos de Rosa e Roxo, é a pintura que está bem no início, junto com a Dona Josina na entrada, pra abrir os trabalhos né!? Na tradição religiosa, o Exú é a entidade que abre sempre os trabalhos. Então assim, todos os quadros são valiosos. Eu vou falar de um em específico que é o seguinte: é o quadro onde o Abdias toma duas referências da África Ocidental, uma é a escadaria da casa dos escravos na Ilha de Gorée, no Senegal, que é uma imagem bem conhecida para quem conhece essa coisa África. São duas escadarias da casa colonial, em curva e na cor de rosa. E essa escadaria ele junta com um rosto no estilo das esculturas de Benim, que são príncipes, são bronzes famosos que representam todo um estilo artístico da África Ocidental. Ele junta essas duas figuras e faz um faraó egípcio. E o título do quadro, ele sempre trabalhava com os títulos, o título faz parte da obra artística, “Máscara Ancestral”.

***E**u acho que essa é a lição mais importante que ele representa: a resistência contra o autoritarismo, e em favor da convivência humana.*

estou dizendo né!? Que vai conhecer ele como artista vendo as pinturas que estão lá, vai conhecer um pouco da trajetória dele como ser humano mesmo. Porque afinal a exposição também faz uma homenagem a Dona Josina, a mãe dele, que é de Uberlândia. Ela nasceu na antiga São Pedro de Uberabinha, que depois se tornou a cidade de Uberlândia. Então ele era mineiro de pai e mãe, porque depois ela casa, é.. o pai dele é de Formiga, então eles vão morar em Formiga. De Formiga eles vão para Franca, onde o Abdias nasce em

EMERSON SOARES: Considerando esse papel político e artístico que o Abdias teve, qual é a importância da memória dele para o Brasil? Não só para o Brasil em geral, mas para o Brasil atual.

ELISA NASCIMENTO: Poxa, me parece que a memória dele é importante para o Brasil atual exatamente porque ele representa uma postura democrática, no sentido de convivência, porque, assim.. A Tese do Genocídio do Negro Brasileiro, que é o livro que ele publicou em 1988, e que hoje nós estamos fazendo uma reedição, e que inclusive está aqui a disposição, como também O Quilombismo (1980), são duas faces da mesma moeda, que é a busca de formas de convivência humana. Não são, de forma alguma, propostas de apartamento, de apartar as pessoas. Então eu acho que essa é a lição mais importante que ele representa: a resistência contra o autoritarismo, e em favor da convivência humana.

EMERSON SOARES: O que você entende como exposição como conceito, e como ela pode ser vinculada a resistência negra intelectual e ancestral?

ELISA NASCIMENTO: Bom, exposição me parece que é uma forma de comunicação, é uma forma de criar uma oportunidade para as pessoas conhecerem aquilo que você está tentando transmitir. Então, pra mim, a exposição é isso. Eu não tenho uma formação teórica em curadoria. Então eu não sei se existem embates teóricos sobre exposição,



Foto: Cássio Lima

mas pra mim basicamente é isso: é uma forma de comunicar e de apresentar para apreciação do público aquilo que você está fazendo. E, no caso dessa exposição, eu acho que tem tudo a ver com o tema do COPENE, exatamente porque ela é uma exposição que traz a vida e a obra de uma pessoa, de um ancestral, e cuja as referências permitem uma reexistência no sentido de trazer aquele mesmo embate, aquele mesmo protagonismo, a mesma essência das iniciativas que estão ali, que estão acontecendo aqui no COPENE, eu estou presenciando isso, vivenciando isso: a juventude criando novas formas de recriar, e revivificar esse legado né, que é um legado de luta, de resistência, e também um legado de criação, de construção, de autoria.





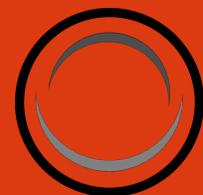
Fotos: Gerson de Sousa

ISIS APARECIDA CONCEIÇÃO: CURRÍCULO EXTENSO E UMA VASTA BAGAGEM INTELECTUAL. INICIALMENTE, EM 2004, ISIS GRADUOU-SE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO (UNESP). EM 2008, ESPECIALIZOU-SE EM DIREITOS HUMANOS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E, EM 2009, TORNOU-SE MESTRE EM DIREITO DO ESTADO, TAMBÉM NA USP. POUCOS ANOS DEPOIS, EM 2013, FEZ OUTRO MESTRADO, DESSA VEZ SOBRE LEI DE INTERESSE PÚBLICO, COM ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA CRÍTICA RACIAL INTERNACIONAL, PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA CALIFÓRNIA, EM LOS ANGELES. LOGO EM 2014, CONCLUIU SEU DOUTORADO EM DIREITO DO ESTADO, NA USP.

Tema: *Justiça Racial na Diáspora Africana*

Conferencista: *Prof^a. Dr^a. Isis Aparecida Conceição (UNILAB)*

Data: *13 de outubro de 2018*



Justiça racial: um debate que precisa de interlocutores no Brasil

por Leidiane Campos

E a formação da pesquisadora não parou por aí. Para além dos cursos acadêmicos, Isis foi assessora do ministro Luís Roberto Barroso, durante os anos de 2013 e 2014. Além disso, foi bolsista de diversas agências de fomento. Dentre elas, se destacam: o Instituto Canadense para Desenvolvimento das Américas (Cida), em 2009; Organização dos Estados Americanos (Cida/OAS), em 2010; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), de 2011 a 2012; Ministério da Educação e Cultura do Governo Americano (Bureau of Educational and Cultural Affairs), de 2010 a 2013, no Programa “Opportunity Grants”; entre outros.

Em sua participação no 10º Congresso Brasileiro dos(as) Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), Isis se propôs a abordar a questão da “Justiça Racial na Diáspora Africana” e a discutir sobre os principais pontos desse campo. Entretanto, embora claramente

tivesse muito a dizer sobre a temática, a pesquisadora – experiente nas áreas de Direito Internacional, Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direitos da Criança, Direitos do Consumidor e Justiça Racial – encontrou um auditório vazio no momento reservado para sua palestra.

Ao contrário do que provavelmente alguns tenham presumido, Isis não se surpreendeu com a falta de quórum para a exposição que pretendia realizar. Muitos pontos poderiam ser expostos para explicar a conformação da pesquisadora frente à ampla sala do auditório sem qualquer ouvinte, mas o principal está imerso na própria problemática dos debates acerca da Justiça Racial.

Falar sobre esse tema, mais especificamente no Direito, requer aprofundamentos, habilidades e vontades que nem todos estão aptos, dispostos ou despertados a fazer. Como a própria Isis salientou, em



Isis Conceição, pesquisadora da área de Justiça Racial no Direito, discute sobre os desafios desse campo num contexto em que poucos pesquisadores se arriscam a ultrapassar as críticas vazias

entrevista concedida: “são poucos interlocutores que existem no Brasil, produzindo na área de Justiça Racial”. Por ser escassa a quantidade de pesquisadores, sempre que ocorrem debates sobre a temática, é necessário que, antes de qualquer coisa, os poucos interessados no assunto sejam apresentados ao que Isis nomeia de “regras do terreno”.

Conforme a pesquisadora, que atua como docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), as

regras do terreno são uma maneira de fazer com que os interlocutores de um debate compreendam por onde estão caminhando, para que não sejam simplesmente inseridos em um contexto, sem o conhecimento conceitual necessário para a verdadeira imersão e entendimento acerca da temática. Assim, no Direito, por exemplo, “não tem como discutir o funcionamento do sistema de justiça ou uma proposta de um sistema, de uma área de pensar a Justiça Racial,” se o terreno em que a discussão se efe-

tivará não foi apresentado. Essa apresentação se efetiva por meio da definição das categorias do conceito abordado, apresentação do viés metodológico e, por conseguinte, os casos concretos que se efetivam dentro do terreno explicitado.

Para Isis, fugir das regras do terreno, do entendimento real de como se efetivam as proposições da Justiça Racial no Brasil, não é a melhor saída. Embora alguns exponham cotidianamente críticas a respeito do sistema jurídico brasileiro, no que diz respeito à questão racial, poucos buscam, efetivamente, a imersão completa nesse terreno – fértil, porém insuficientemente explorado. Constatar um problema é diferente de solucioná-lo. O que falta, muitas vezes, na área da Justiça Racial, bem como em tantas outras do Direito, são as proposições de soluções.

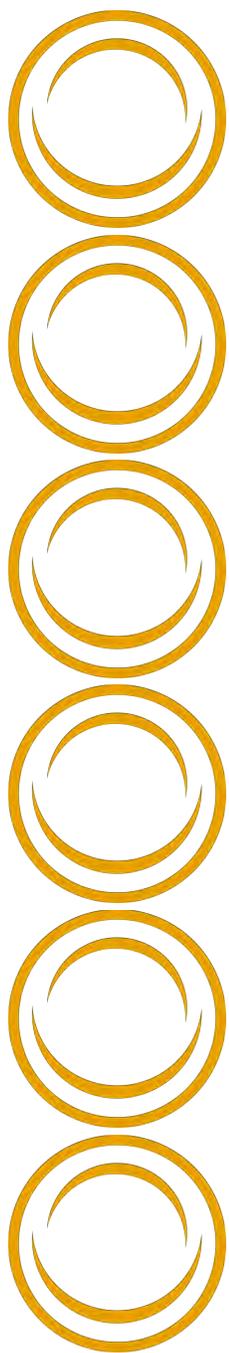
“As críticas que nós temos das pessoas que pensam o Direito e que querem pensar o Direito, o antirracismo, são críticas com pouco embasamento metodológico de domínio do sistema e são críticas vazias”, destaca Isis. O desafio que se instaura então, dentro dessa problemática, é o enfrentamento e a superação dessa barreira que é construída logo na base das discussões a respeito do que vem a ser Justiça Racial e seus reais desdobramentos. Para

Normalmente as pessoas negras que entram no curso de Direito estão vendo uma chance de se tornarem brancas, de se tornarem elite.

Isis, antes de alçar voos grandiosos, em busca de novos caminhos e soluções nesse campo, os pesquisadores precisam conhecer o sistema, entender como ele funciona, “para depois fazer o giro epistemológico”.

A citada insuficiência de interlocutores, aliada à falta de propostas consistentes no campo da Justiça Racial, tem suas raízes no próprio contexto social brasileiro. Primeira mulher negra a se formar em Direito na Unesp, Isis ressalta que, nos espaços em que construiu sua carreira acadêmica, era a única aluna interessada no campo e que, para tanto, buscou a mentoria de pesquisadores – também escassos – que estavam há mais tempo pesquisando na área: Fernando Fernandes e Hélio Silva Júnior. Para a pesquisadora, a razão disso, embora não seja simples ou fácil de ser delineada, se encontra, principalmente, no fato de que “as





peessoas que estudam Direito não entram no curso de Direito tentando pensar a questão racial. Normalmente as pessoas negras que entram no curso de Direito estão vendo uma chance de se tornarem brancas, de se tornarem elite. E lançam um olhar para as referências do que elas querem ser, que é a elite branca, e se dedicam a estudar o Direito posto, tradicional conservador”.

A questão da identidade surge, nesse ponto, como um fator preponderante e importante na construção epistemológica do que vem a ser Justiça Social. Porque, conforme explica Isis, para se pensar a questão racial no Direito, é necessário que exista o “elemento de identidade da pessoa negra que entra no curso de Direito não querendo embranquecer”. Para além disso, é preciso que não só haja esse elemento da pessoa negra que não tem projeções de embranquecimento, como também que esse sujeito tenha a ávida vontade – e coragem – de ultrapassar algumas barreiras sociais e produzir pesquisa.

***Vamos lançar um
olhar para o que está
funcionando e tentar
instrumentalizar isso de uma
forma mais concreta***

Embora sejam marcantes e necessários, os apontamentos de Isis são menos uma crítica fechada ao sistema, e mais uma constatação de que há muito o que ser feito pela frente. Entender o contexto atual, e para isso deixar para trás as críticas vazias, é dar um passo expressivo rumo aos avanços que o campo da Justiça Racial precisa. A pesquisadora entende e reforça que ser negro e, ao mesmo tempo, pensador no Direito é um desafio frequentemente negado aos pesquisadores em potencial, ocupantes dos poucos bancos disponíveis na academia. Como bem lembra Isis, “o Direito ainda é uma área muito elitizada e, quando não elitizada, as pessoas têm acesso a uma perspectiva do Direito que é assim: você é negro, você vai ser advogado. Você não vai ser um pensador do Direito, você vai ser um apertador de parafuso do Direito”. Por isso, muito da escassez de pensadores aptos, legitimados e dispostos a falar sobre Justiça Racial é resultado dessa segmentação, que direciona os discentes negros do Direito à execução técnica e mecânica de suas atividades profissionais.

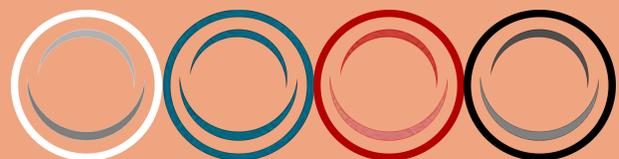
Imersa nessa realidade, que a princípio aparenta ser desalentadora, Isis tem optado por remar contra a maré e acreditar que os rumos do campo – no qual tanto tem se dedicado – podem ser rumar para um cenário mais esperançoso. “Acho que apesar de existirem coisas que dificultam a concretização



dessa ambição de Justiça Racial, eu acho que a gente já teve muitos avanços que permitem mais um olhar otimista, do que um olhar de críticas”, destaca a pesquisadora.

O mais importante, para Isis, é que o debate não seja minado pela insuficiência de interlocutores. Os auditórios onde são abordadas as questões raciais na área jurídica precisam ser palco efetivo de discussões. E, para isso, é necessário que mais corajosos estejam dispostos a, primeiro, entender as regras do terreno e, depois, fazer dessa arena um espaço de pequenas – e futuramente grandiosas – evoluções. E, por tomar para si esse otimismo, Isis faz o convite: “vamos lançar um olhar para o que está funcionando e tentar instrumentalizar isso de uma forma mais concreta. E, se não está funcionando, não vamos reclamar que não está funcionando, mas descobrir porque não está funcionando e como alterar isso. Acho que é uma questão de postura mesmo”.

***A** s críticas que nós
temos das pessoas
que pensam o Direito e que
querem pensar o Direito, o
antirracismo, são críticas
com pouco embasamento
metodológico de domínio do
sistema e são críticas vazias.*



Momentos...

Fotos: Felipe Viana, Jhonatan Gonzaga, Cássio Lima







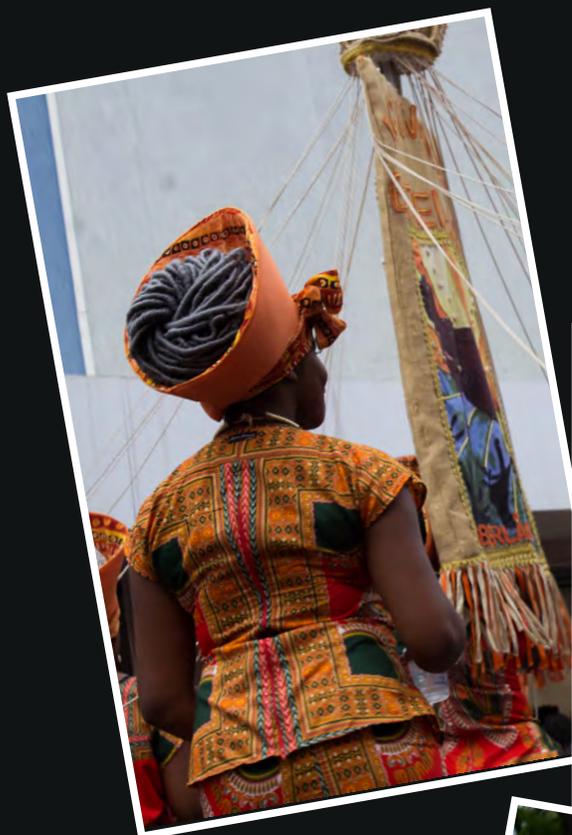
Momentos...

Fotos: Felipe Viana, Jhonatan Gonzaga, Cássio Lima



Vivência Co

Fotos: Jhyenne Gomes



A congada é uma festa em memória que veio com os escravizados do antigo Reino do Congo, na África Central. Congo significa congar, dançar. Em Uberlândia a festa completa 141 anos de resistência.

A festa foi tombada como patrimônio histórico de Uberlândia sendo a o primeiro tombamento não material é comemora no mês de outubro e tem como destino a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no centro da cidade.

ongado





Atualmente existem 25 ternos de congo em atividade e 2 em licença, sendo eles: Congo Prata, Congo Rosário Santo, Congo Camisa Verde, Congo Santa Ifigênia, Congo Amarelo Ouro, Congo Verde e Branco, Congo São Domingos, Congo Cruzeiro do Sul, Congo de Sainha, Nossa Senhora do Rosário Catuapé, Catuapé Dona Zulmira, Catuapé Azul e Rosa, Marinheiro Nossa Senhora do Rosário, Catuapé do Mansour, Marinheiro de São Benedito, Marujos Azul de Maio, Moçambique Raízes, Moçambique Angola e Moçambique Guardiões de São Benedito.





Saberes Tradicionais da Congada

por Jhyenne Gomes



Tema: *Saberes tradicionais e congada*

Coordenador da mesa: *Jeremias Brasileiro*

Autores/as: *Jeremias Brasileiro, Larissa Gabarra, Antônia Aparecida Rosa*

Data: 17 de outubro

As manifestações culturais afro-brasileiras ganham novas perspectivas a partir das narrativas de pesquisadores negros

Larissa Gabarra

É professora Adjunta nos cursos de graduação Bacharelado em Humanidades e História e de pós-graduação no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Larissa têm estudado manifestações culturais afro-brasileiras, em especial a congada desde sua graduação. A relação da oralidade e memória perpetuam seus estudos sobre a Congada em Minas Gerais.

Jeremias Brasileiro

É considerado uma das maiores referências sobre a congada em Minas Gerais. Congadeiro desde sua infância, começou a pesquisar sobre a manifestação enquanto autodidata. Atualmente é comandante geral da Congada em Uberlândia, presidente da Irmandade do Rosário e comandante geral da Congada em Rio Paranaíba. É historiador e autor de 24 livros.

Antônia Aparecida Rosa

É Pedagoga aposentada pela rede municipal de ensino de Uberlândia. Atualmente é gestora voluntária do Centro de Formação e Cultura Negra - Graça do Aché é capitã do terno Marinheiros de Nossa Senhora do Rosário em Uberlândia-MG.





Lá em 1874, em terras Uberlandenses, surgem primeiros relatos da congada na cidade. A manifestação cultural que há mais de 100 anos reivindica seu espaço, é mais do que festa, é um movimento de reexistência e de preservação dos saberes tradicionais. Mas antes de começarmos essa história, pedimos licença à aquelas e aqueles que nos antecederam, que lutaram e construíram essa história.



da-feira as ruas do centro da cidade sejam fechadas para a garantia do direito à cidade e de retrabalharem a memória de uma festa que remonta aos reis congos de África. A congada é uma festa que se configura como movimento cultural em constante ligação com a sociedade, que não está alheia às discussões sobre e para o povo negro.

A descolonização do pensamento.

A descolonização do pensamento deve ser um movimento de constantes indagações e mudanças de pensamentos e comportamentos. Segundo relatos de Jeremias Brasileiro, Uberlândia pode ser considerada a única cidade brasileira que têm enquanto representação uma Nossa Senhora do Rosário branca. Ele explica que a imagem em exposição na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no centro da cidade, não é a que representa o povo negro, com suas vestes vermelhas e azul, e sim a que representa os navegantes, com tons de branco e azul. Foi necessário que um pai de santo da cidade entrasse em discussão para garantir o direito de que, pelo menos na procissão, a imagem que durante todo o ano fica escondida na sacristia, ganhasse as ruas. E essas representações, como a da santa branca, é naturalizada graças ao racismo que é institucional.

E no sentido de descolonizar esses pensamentos que se faz necessário o conhecimento da ancestralidade, pungente na congada. Na palestra “Saberes



A congada

A congada não é só uma festa que ocorre em um domingo de outubro. Preparada durante todo o ano, a festa se mostra nas ruas de Uberlândia durante três meses, das quais os ternos ensaiam, realizam leilões e ocupam a cidade, visualmente e musicalmente. É um ato político, onde diariamente se faz negociações para a conquista e permanência dos direitos de se manifestarem, que se fortalece ao conseguir que em plena segun-

Tradicionais da Congada” Antônia Aparecida Rosa chega com um exemplo prático destes saberes tradicionais. Ela optou por não utilizar nenhum suporte tecnológico em sua apresentação como forma de reafirmação de uma das principais questões da congada e da história negra: a oralidade. E essa oralidade se expressa, como exemplo, na importância dos instrumentos utilizados enquanto contexto histórico. Para a historiografia ocidental, as gungas (latinhas amarradas abaixo dos tornozelos) eram utilizadas para que, caso um escravo tentasse fugir, fosse denunciado pelo barulho dos instrumentos. Já para a historiografia congadeira, as gungas remetem ao coites que eram amarrados nas canelas para que, enquanto em fuga, pudessem assustar e tirar os animais peçonhentos de seus caminhos.

O pesquisador Jeremias Brasileiro enfatiza que a história congadeira é a ressignificação de uma história de dor. Os patangomes vêm da bateira, do batiar, do garimpar. O instrumento de trabalho e exploração se ressignificam enquanto instrumento musical e reconta a história embranquecida de que negros foram levados para a América e escravizados apenas por terem braços fortes, excluindo dos livros, que eles eram na verdade, os detentores do conhecimento da garimpagem.

No livro “No chão da sala de aula”, a professora



Carmina, da Unicamp, questiona essa descolonização do pensamento desde a infância. Para Jeremias Brasileiro, deve-se então questionar como é possível que uma criança negra tenha tanta dificuldade em matemática em sala de aula, mas consegue saber com precisão quantas gungas, quantos patangomes e quantas caixas tem um grupo de congada. Como é possível que estas crianças tenham dificuldades geográficas, mas conseguem distinguir geograficamente

A congada é uma festa que se configura como movimento cultural em constante ligação com a sociedade, que não está alheia às discussões sobre e para o povo negro.



os que estão nos ternos de Marinheiros da Antônio, de Belém, Pena Branca. Segundo o pesquisador, essas crianças sabem porque ela consegue lidar com a espacialidade do mundo dela, enquanto em sala de aula, toda sua vivência de mundo é retirada para que ela viva aquela uma história eurocêntrica que nada tenha haver com seu cotidiano.

O sujeito pesquisador

Jeremias Brasileiro é considerado um dos maiores especialistas na história da congada mineira. Com vinte e quatro livros lançados até hoje, iniciou sua trajetória enquanto pesquisador autodidata.

A história congadeira é a resignificação de uma história de dor.



Seu ingresso em uma universidade aconteceu após seus quarenta anos, tendo já lançado dez livros àquela época. Enquanto homem negro e congadeiro, Jeremias Brasileiro reivindica seu direito em defender os discursos e as histórias da comunidade negra que esteve em posição de objeto de estudo, mas não de pesquisador. Na história do povo negro, o papel de militante era o de peso e destaque. Mas nos últimos anos, este papel tão importante tem encontrado enquanto complemento para a comunidade negra, o papel de pesquisador, de educador e de contador de sua própria

história. A ocupação destes lugares historicamente negados é de fundamental importância para o movimento de construção de novas narrativas.

Aos 8 anos de idade Jeremias Brasileiro já participava das festas de congado em Rio Paranaíba, sua cidade natal. Já adulto, na sua jornada enquanto autodidata, acompanhou durante quatro anos o senhor conhecido como “Tio Cândido” congadeiro de Uberlândia. Com ele aprendeu a história, conheceu os processos e documentou o que foi possível. Antes de sua morte, Tio Cândido tinha expressado ao presidente de sua irmandade, o desejo de que Jeremias assumisse seu posto após sua morte. Pela tradição, a consanguinidade é a regente nas transferências de postos de geração para geração, mas Jeremias não possuía laços sanguíneos com Tio Cândido. Então, o filho do Tio Cândido, que naturalmente herdaria o posto, entendeu que apesar de não ser filho de sangue e carne, Jeremias foi escolhido enquanto representação e tradição espiritual para continuar a história de seu pai. Atualmente, Jeremias é comandante geral da Congada em Uberlândia e em sua cidade natal é presidente da Irmandade do Rosário e comandante geral da Congada, posto que assumiu após a morte de um primo.

Larissa Gabarra é professora adjunta nos cursos de graduação- Bacharelado em Humanidades e História e de pós-graduação no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade de



Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Desde sua graduação, em meados dos anos 2000, estuda as manifestações culturais afro-brasileiras, em especial a congada. Larissa, que aprendeu tanto com Jeremias, utiliza de seu espaço na academia para trabalhar com novas narrativas, que não sejam a eurocêntricas, relacionando a oralidade e a memória do povo negro e suas manifestações culturais, em especial a Congada em Minas Gerais.

Antônia Aparecida Rosa é três em uma e carrega em si a potência de três nomes femininos que construíram sua identidade. Pedagoga aposentada da rede municipal de ensino de Uberlândia é atualmente Gestora voluntária do Centro de Formação e Cultura Negra - Graça do Aché e capitã do terno Marinheiros de Nossa Senhora do Rosário. Sua vivência na congada começou ainda na gestação e desde então, se faz presente nessa manifestação carregada de potência e simbologias.

Antônia Aparecida Rosa assumiu o terno de Marinheiros em 2007, após o falecimento de sua mãe, Dona Dolores. Mas sua linhagem é ligada ao terno Sainha, o terno mais antigo em exercício na cidade de Uberlândia. Aos 7 anos de idade, apaixonou-se pelo Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário e no ano seguinte decide sair pelo terno como bandeirola, posto que atuou até os 16 anos, quando o terno foi desativado. Anos mais tarde, Dona Dolores assume o Marinheiros de Nossa Senhora do Rosário, mesmo sem consanguinidade, enquanto Antônia Aparecida Rosa se torna madrinha, posto que ela escolheu seguir.

Antônia Aparecida Rosa, que a princípio resignou-se em assumir o posto de comandante de terno nos convida a um novo olhar sobre as representações visuais da congada. Observe atentamente as expressões no olhar das mulheres congadeiras. E juntas, nos questionamos: qual o papel da mulher no congado? A festa de congada enquanto manifestação não está dissociada das questões da sociedade em geral, e ali também se reflete comportamentos machistas. Os homens comandam com bastões e apitos, enquanto as mulheres não possuem instrumentos que lhe impõe seu posto de comandante.

Para entender as discussões sobre os saberes tradicionais da congada, é preciso considerar o ensinamento de Antônia Aparecida Rosa: “por vezes nos perdemos no processo, mas a melhor parte é a certeza de que em algum momento a gente se acha, mesmo que de uma forma diferente, às vezes trazendo novas aprendizagens, mas sem esquecer as aprendizagens da nossa ancestralidade e das nossas formas de viver”. E essa forma de viver as alegrias das tradições é presente na congada na dança das fitas, que é uma simbologia em respeito à natureza, como na fita aberta que representa a copa da árvore, ou o movimento das ondas quando as fitas são trançadas por cima. Na comida, que não alimenta só corpo, alimenta a alma e o espírito. Nas cantigas de louvor ao rei congo e na tradição de contar a história de um povo através da oralidade. É a representação da espiritualidade no dia-a-dia.



Fotos: Genivan Júnior

PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA NASCEU EM PORTO ALEGRE, NO BAIRRO COLÔNIA AFRICANA, EM 1942. LICENCIADA EM LETRAS E FRANCÊS EM 1964, TERMINOU O MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM 1979 E O DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS EM 1987, TODOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). ATUOU COMO DOCENTE E COORDENADORA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA E PARTICULAR DE ENSINO; EM CARGOS TÉCNICOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL; E COMO DOCENTE NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS).

(Re)existência negra, intelectuais negros/as e a pesquisa científica no Brasil

Conferencista: Prof^a. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – UFSCAR

Coordenação: Prof^a. Dra. Nicéa Quintino Amauro – UFU/ABPN

Data: 17 de outubro

Contra o racismo, pela Igualdade e o Conhecimento Horizontal

por Clarice Bertoni

A professora e pesquisadora Petronilha discute o enfrentamento ao racismo, o reconhecimento dos diferentes grupos étnico-raciais e o rompimento com a europeização do conhecimento

A docente cursou especialização em Planejamento e Administração da Educação no Instituto Internacional de Planejamento da UNESCO, na França, em 1977. Realizou estágio de Pós-Doutorado em Teoria da Educação, na University of South Africa, na África do Sul, em 1996, onde atuou como professora visitante, assim como na Universidad Autonoma del Estado de Morelo, no México, em 2003. Foi chamada para a Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car) onde coordenou o Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas de 2007 a 2011.

Petronilha promoveu ações vinculadas à Universidade de São Paulo (USP) e eventos científicos pelo Brasil e por países como Peru, México, EUA, Canadá e Senegal. Indicada pelo movimento negro para a câmara de educação superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Petronilha integrou a comissão que elaborou o parecer n.º 3/2004, sendo relatora. Tal parecer, regulamenta a lei 10639/2004. Seu voto, em

nome da comissão, foi aprovado por unanimidade no Conselho Pleno do CNE.

Entre os muitos desafios da atualidade, a desconstrução do racismo é um dos mais urgentes. É importante ressaltar, explica a pesquisadora, o avanço conquistado com a política curricular de reconhecimento e reparação das desigualdades, a lei 10.639/2003, que implementou o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. E de sua alteração em 2008, pela Lei 11.645, que torna obrigatório o referido ensino em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Mas ainda há muito o que ser feito.

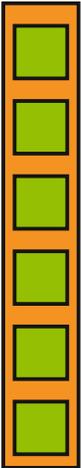
O Brasil é um país multiétnico e pluricultural e, por esse motivo, precisa de unidades educacionais em que todos se sintam incluídos. Onde haja garantia do direito de aprender sem negar a si próprio, independentemente do grupo étnico-racial a que pertença. Para isto, defende a professora, preconceitos precisam ser



desconstruídos e um dos modos mais eficientes é através da educação. Se faz necessário conhecer a história e cultura dos afrodescendentes, dos africanos, centrais na construção da nação.

Há aqui uma defesa premente de Petronilha: um diálogo entre diferentes culturas deve ser colocado, para que se

A verdadeira libertação não está na lei. Ela está se iniciando com as ações afirmativas, com a produção de conhecimento a partir das nossas experiências e a partir da nossa história”



questione a invisibilidade com que negros têm sido tratados ao longo da história. A resistência às políticas curriculares e a não aceitação de professores às suas propostas, são fruto da construção de uma sociedade que corrobora com desigualdades, a fim de favorecer alguns, em detrimento de outros. A discriminação das relações, que desqualificam pessoas e grupos reafirmando privilégios.

“O Movimento Negro, com suas proposições e realizações, tem construí-

do princípios para orientar as nossas ações de luta. O primeiro desses princípios, diz respeito ao enfrentamento e superação de racismos, discriminações e intolerâncias” argumenta Petronilha, após advertir quanto ao grave momento de crise que vive o país e o mundo. Entretanto, ela nos lembra que para quem vive numa permanente crise e pressão, “cabe dar o exemplo de resistência, a partir de nós mesmos, da nossa história e das nossas lutas”. Quando se convive e combate diariamente o racismo, compreende-se que os tempos sempre foram de incertezas. E diante de cada uma das incertezas vividas, certezas são lapidadas e se fazem vivas. É necessário a tomada de consciência, a afirmação e a construção de uma solidariedade para possibilitar uma reação antirracista. A pesquisadora acredita que estudar o racismo é um desafio por causa da “tensão entre a supremacia que exhibe a fragilidade branca e a resistência e negra”.

Petronilha coloca como segundo princípio, o reconhecimento de diferentes grupos étnicos-raciais, que constituem a nossa sociedade. E sustenta a importância do COPENE, que permite “o convívio com pessoas de diferentes regiões, falas, sotaques e experiências em áreas do conhecimento”. Não existe um único pensamento, não existe valores superiores e sim saberes, comportamentos e pensamentos distintos que precisam ganhar diálogo. “Igual valorização



possibilita o diálogo”, afirma.

O processo de colonização se pautou pela hegemonia europeia, tida como universal e que acaba por inferiorizar as culturas e histórias dos africanos. Este é justamente o terceiro princípio: o rompimento com o conhecimento preestabelecido. Por décadas, quando se estuda o negro, fala-se mais da escravidão e das mazelas sofridas, que da África, seus povos e suas riquezas étnicas e culturais. A pesquisadora intercede pelo rompimento do conhecimento que se tem consenso em favor de uma produção própria.

A população africana, escravizada nas Américas, embora explorada, subjugada

e oprimida, serviu-se dos conflitos, dissidências, revoltas e insurreições. A história do cotidiano nos traz muitos saberes, vivências de resistência e re-existência. A música, a literatura, a poesia, a religião e a culinária, são algumas das produções de conhecimento. Reconstruindo identidades, trazendo indagações, ressignificando e politizando conceitos sobre a realidade social.

Em 2018, o Brasil tem como data comemorativa os 130 anos da Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão no país. Mas como lembra Petronilha, “a verdadeira liberta-



ção não está na lei, ela está se iniciando com as ações afirmativas, com a produção de conhecimento a partir das nossas experiências e a partir da nossa história”. Petronilha ratifica dizendo que a lei determinou o fim do regime escravista mas, o povo negro será livre com a “deseuropeização” do pensamento e da produção.

A docente explica que o sentido de pensar e apresentar, em pé de igualdade, as produções científicas negras, não tem a intencionalidade de importar maior relevância, afinal, não se deve repetir, justamente, o que se critica. “A nossa referência é valiosa e nos ajuda a explicar as nossas experiências, nossos pensamentos

e a nossa produção”, esclarece. E complementa reafirmando que “somos livres e a nossa história, nosso jeito de ser e a nossa cultura é tão importante quanto a europeia”.

O objetivo então, é assimilar o que de melhor as instituições de ensino podem oferecer, sem abandonar os conhecimentos e sabedoria próprios. E assim, produzir novos sentidos para a educação oficial, contribuindo com conhecimentos e valores das raízes histórico-culturais de seus povos. A professora acredita que “enquanto cientistas enraizados na experiência, devemos esforçar para que, com a nossa produção, possamos acabar com a



dominação europeia e os genocídios físicos e simbólicos dos povos negros”.

Petronilha explica que não é uma libertação para se tornar dominador. Pelo contrário, é importante pensar as lutas antirracistas enquanto momento de libertação mas também de reconstrução, repensar a história em todas as suas dimensões. “Na construção dos povos, na construção política, no jeito de pensar a vida e a sociedade. Somos livres e a nossa história, nosso jeito de ser e a nossa cultura é tão importante quanto a europeia”. Conhecer para dialogar e para criticar, não para se submeter.

O diálogo com outras produções e referências de igual pra igual, só é possível enquanto comunidade, enquanto grupo. Não como pessoas isoladas. “Nós negros, se a cada dia fizermos nosso maior esforço, nesse momento seremos, mais do que nunca, cientistas em movimento” e reafirma a importância do COPENE, precisando que este é “um território negro, um lugar de fortalecimento”, onde centenas de estudantes, professores e pesquisadores debatem e trocam saberes.

E sobretudo, produzem ciência a partir das particularidades, das experiências africanas e de descendentes de africanos, dialogando com outras referências, como as europeias. Há de se ressaltar o esforço destes cientistas enraizados no conhecimento, nas histórias das matrizes africanas, mas acima de tudo com bagagem, sabedoria e compre-

ensão histórica para lutar para que a produção científica negra acabe com as justificativas para tratamentos desiguais que vem desde a escravidão.

Estudar o racismo é um desafio por causa da “tensão entre a supremacia que exhibe a fragilidade branca e a resistência e negra”

Referências:

BRASIL. CNE/CP. Parecer nº 3, de 10 de Março de 2004a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. CNE/CP. Resolução nº 1, de 17 de Março de 2004b. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

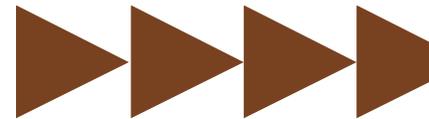
SILVA, Petronilha B. G. Diálogos sobre a Lei nº 10.639/2003. In: Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Ciclo de Palestras sobre Cultura Afro-Brasileira: nosso patrimônio. Brasília, 2012.

SILVA, Petronilha B. G. Lei nº 10.639/2003 – 10 anos. 2013.





Fotos: Genivan Júnior



SEVERINO ELIAS NGOENHA NASCEU EM MAPUTO, NO ANO DE 1962. POSSUI GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA E DOUTORADO EM FILOSOFIA PELA UNIVERSIDADE GREGORIANA EM ROMA. NO ANO DE 2010, INTEGROU-SE AO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE. É PROFESSOR ASSOCIADO DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LAUSANNE, SUÍÇA. SUAS PESQUISAS SITUAM-SE NA ÁREA DE ANTROPOLOGIA, PENSAMENTO AFRICANO, FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE.

A busca da liberdade na construção das africanidades

por Clarice Bertoni

Em conferência de encerramento, professor analisa o paradigma que caracteriza o pensar africano



Nos últimos anos, o moçambicano tem estado muito presente no Brasil. Em Salvador, na Bahia, em São Paulo, capital. E a questão que ele coloca é “O que nós temos em comum? Africanos, brasileiros, norte americanos, canadenses, jamaicanos e haitianos. Qual o paradigma que faz de nós uma comunidade epistêmica?”. E responde frisando que depois de muita leitura, muita investigação e muita reflexão, parece-lhe que o que temos em comum, o que caracteriza a filosofia africana e o pensamento africano é a busca da liberdade.

Essa busca da liberdade parte então, de um pressuposto fundamental:

a construção das africanidades. Severino acentua que “nós, africanos, fomos tirados da África como escravos e submetidos, dentro do nosso continente” e por esse motivo, existe um paradigma, uma reflexão de fundo, um axioma, um postulado, que caracteriza o pensar africano. Esse pensar africano, essencialmente, é a busca da liberdade. O pesquisador ressalta que não diz liberdade, mas a busca da liberdade negra. Na América, na África e na própria Europa.

O professor questiona sobre como se inicia e como se desenvolve estas lutas libertárias dos povos negros. Ele ressaltando que costuma dividir a afri-



***E**ntão, a luta
deixou de ser,
pelo reconhecimento de
um direito prescrito na
lei e passou a ser pelo
reconhecimento de uma
ordem social*

canidade em quatro tipos de busca. O primeiro tipo relatado por ele é a liberdade como emancipação da escravatura. Severino esclarece que o processo que os africanos levaram a cabo para emancipar-se começa nos Estados Unidos em 1865 e no Brasil em 1888 e que esta busca libertária contra a escravatura tem muito em comum em todos os países da diáspora.

Há uma pluralidade no “sofrimento do próprio continente negro. Tem muito em comum com o que a professora Petronilha chamou de eurocentrismo ocidental”. Severino explicita que a busca da liberdade contra a escravatura é um processo que começa em 1492, quando os primeiros negros foram transportados e chegaram a Boston. E que este processo não parou por quatro longos séculos. Em 1865 o processo de escravatura começa a declinar mas, quando acaba, começa um segundo processo.



O segundo processo, salienta o professor, seria a luta pela integração social. Os negros, apesar de serem juridicamente livres, apesar de serem libertos nas diásporas, continuaram a não se beneficiar da totalidade dos direitos civis. “Então, a luta deixou de ser, pelo reconhecimento de um direito prescrito na lei e passou a ser pelo reconhecimento de uma ordem social” afirma Severino. Ele observa que este processo de integração, ainda hoje carece de realização. E admite que o negro no Brasil, conhece melhor do que ele os processos de discriminação.

“Apesar de termos um século de história, o reconhecimento dos direitos à integração social não se fez, não se realizou completamente” afirma o pesquisador, acrescentando que o terceiro nível de liberdade é a liberdade como autodeterminação política. O processo que começa no Haiti, levando os negros a independência, foi prolongado em ou-

tras zonas, como na Jamaica e continuou nas américas. Este processo se inicia no continente africano na segunda metade do século XX e só se completa com a independência do Zimbábue e o fim do apartheid na África do Sul.

A última busca é o que Severino chama de liberdade como desenvolvimento econômico, político e social. “Nós, negros da África, somos o continente mais pobre, com as maiores dificuldades”. Por esse motivo, o moçambicano reforça o fato de que, na atualidade, o que deve ser confrontado é uma forma de tirar o continente da situação de pobreza e miséria que se encontra, evidenciando a necessidade de se debater o futuro das sociedades africanas, num contexto em que os próprios negros são chamados a ser mestres dos seus destinos e responsáveis pela construção de um futuro diferente.



ANNY OCORÓ LOANGO POSSUI DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ARGENTINA (2014) E ATUA COMO PROFESSORA DA UNIVERSIDAD DEL SALVADOR (USAL). A DOCENTE TEM EXPERIÊNCIA EM SOCIOLOGIA DA CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUA COMO INVESTIGADORA DE PROJETOS EDUCATIVOS E POLÍTICAS SOCIAIS E DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS. TRABALHA EM TEMÁTICAS AFRODESCENDENTES E EDUCAÇÃO, RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL. ATUAMENTE FAZ PARTE DA EQUIPE DE PESQUISA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES DA AMÉRICA LATINA DA UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE FEBRERO (UNTREF) E É BOLSISTA DE PÓS-DOUTORADO PELO CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS (CONICET).

Cartografias de la etnoeducación. Un análisis crítico de los proyectos curriculares en la escola media en América Latina y el Carib

Conferencista: *Prof. Dra. Anny Ocoró Loango (CONICET/UNTREF, AINALC)*

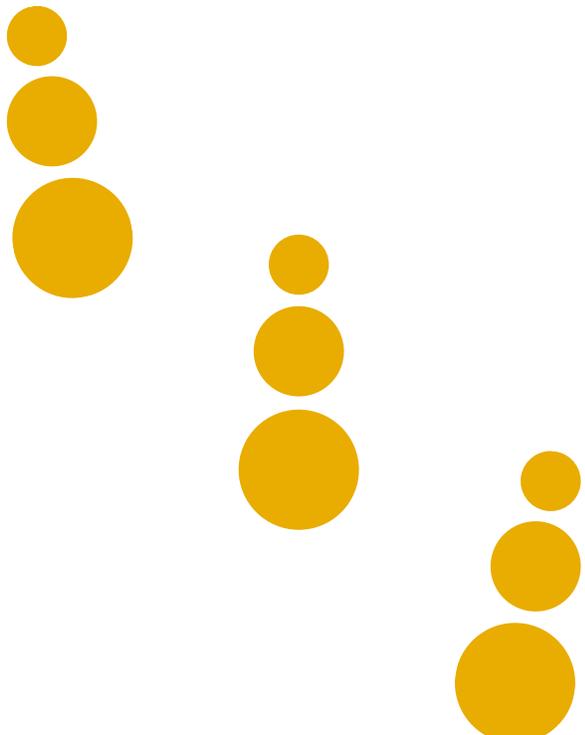
Coordenação: *Prof. Dr. Benjamin Xavier de Paula (UFVJM/UFU)*

Data: 15 de outubro

As novas problemáticas da produção do conhecimento na América Latina

por Marcos Vinicius Reis

A pesquisadora Anny Ocoró Loango traça panorama crítico sobre a inclusão da história e dos saberes de povos negros e indígenas em currículos escolares pela Etnoeducação



“Na América Latina, há populações a serem combatidas, a não serem incorporadas dentro de seus projetos nacionais”. É com essa fala que a Profa. Dra. Anny Ocoró Loango, presidente da Associação de Investigadores Negros da América Latina e do Caribe (AINALC) e conferencista do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (X COPENE), inicia sua exposição sobre as continuidades e descontinuidades da etnoeducação latino-americana. Durante a conferência, a pesquisadora traça uma pertinente cartografia social em torno das dinâmicas de incorporação ou negação da história e do pensamento dos povos negros e indígenas nos currículos escolares da região. E, ao mesmo tempo, aponta reflexões e caminhos para a questão.

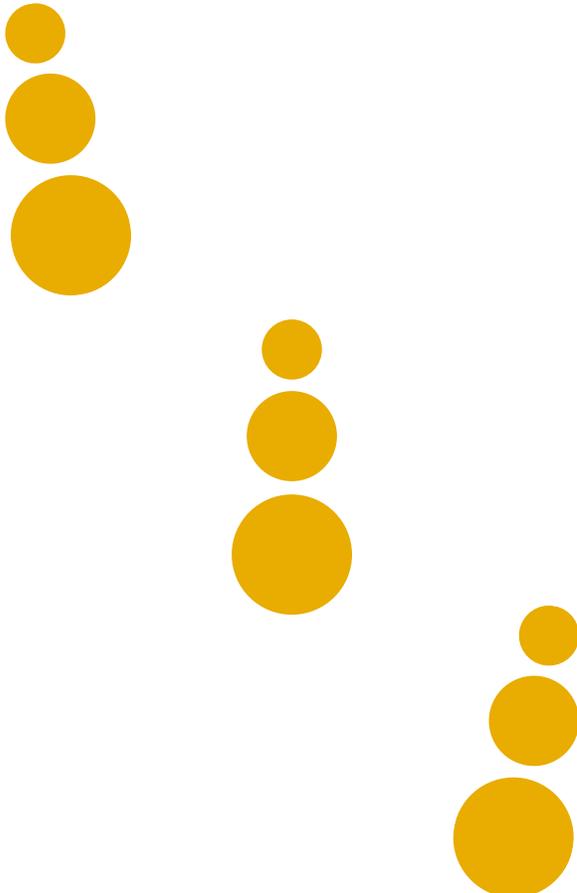


O ideal civilizatório historicamente empreendido na América Latina, assentado em bases coloniais e parâmetros eurocêntricos, produziu hierarquizações e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais negadoras da diversidade. De um lado, os povos brancos, considerados civilizados; e, de outro, os povos negros e indígenas, ditos incivilizados ou selvagens. “Há uma vinculação das populações negras a uma escala mais inferior. E isso se traduz também em falta de acesso a direitos e oportunidades”, diz Loango. O processo de invisibilização dessas identidades também se estabeleceu no âmbito da escola, definida pela pesquisadora como um aparato de construção de cidadania e reprodução ideológica. Ela destaca, entretanto, que o tema não tem recebido a devida atenção: “Não está problematizada de maneira suficiente a forma como a escola sustenta práticas racistas. E um desses instrumentos ou dispositivos através dos quais ela tem consolidado ou sustentado esse imaginário sobre as populações afrodescendentes é o currículo.”

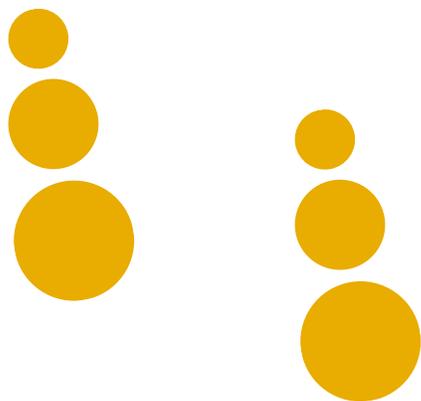
A educação e o currículo escolar desvelam relações de poder não apenas entre professores e

alunos, mas também no que se refere ao recorte e à inclusão de conteúdos. “Há uma grande continuidade nesses currículos que tem a ver com manter a subalternidade da história e dos aportes dos povos afrodescendentes na construção dos projetos nacionais na América Latina”, explica Loango. Ela denuncia a invisibilização do pensamento e da intelectualidade dessas populações, frequentemente vinculadas apenas ao processo de escravidão. “Há uma negação dos povos africanos e uma naturalização disso. Negro não produz conhecimento. Negro não tem epistemologia. Negro é um sujeito desumanizado.” A conferencista aponta que essa é uma estratégia de silenciamento historicamente presente nos currículos latino-americanos, os quais sempre trouxeram representações parciais e incompletas da história negra. No entanto, transformações (ou descontinuidades) têm ocorrido nas últimas décadas.

Discussões e pressões por parte de movimentos sociais e pedagógicos em prol de mudanças nos currículos escolares (um processo que, segundo Loango, vinculou-se ao multiculturalismo e ao interculturalismo) se desenrolaram e se consolidaram nos anos de 1990, fazendo emergir novas problemáticas, novos sujeitos e novas discussões na escola e na pedagogia. “É um posicionamento sobre a diversidade e a inclusão, de pensar que a democracia implica a incorporação de outros”, explica. Os saberes e a história dos povos negros e indígenas começaram a ser contemplados no interior dos currículos, uma transformação que se deu em diversos países da América Latina, desde Costa Rica e Panamá (onde se destacaram saberes afrodiáspóricos), passando por Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia e Argentina, até Guatemala, Honduras e Nicarágua (onde a questão



Há uma negação
dos povos
africanos e uma
naturalização disso.
Negro não produz
conhecimento. Negro
não tem epistemologia.
Negro é um sujeito
desumanizado.



Não está
*problematizada
de maneira suficiente a
forma como a escola
sustenta práticas
racistas. E um desses
instrumentos ou
dispositivos através dos
quais ela tem
consolidado ou
sustentado esse
imaginário sobre as
populações
afrodescendentes é o
currículo.*

indígena adquiriu maior relevo). Nesse contexto, segundo a pesquisadora, as narrativas hegemônicas de identidade nacional mestiça, vinculadas a um discurso de pretensa democracia racial que contribuiu para a dissolução das identidades negras e indígenas, começaram a retroceder.

Ao tratar mais especificamente da realidade de cada país, Loango destaca a Colômbia, onde a noção de etnoeducação foi proposta “para dar conta da necessidade de reconhecer e valorizar os saberes, os aportes e as epistemologias negras” e onde se consolidou, em 1998, uma cátedra de estudos afrocolombianos. A Venezuela, por outro lado, estabeleceu em 2006 uma cátedra de estudos africanos que, à semelhança do que acontece no Brasil, expressa um diálogo direto e aberto com a África. No Equador, saberes afrodiaspóricos também foram incorporados ao currículo escolar e as mudanças se deram em nível constitucional. A conferencista ressalta que, “se alguns (dos países latino-americanos) não têm currículos ou leis específicas para incluir o currículo como um dos programas específicos, todos têm a indicação de um dia nacional para os afrodescendentes”. É o caso, por exemplo, da Argentina (8 de novembro), do Brasil (20 de novembro) e da Colômbia (28 de maio).

Ao trazer o olhar para as questões do mundo globalizado do século XXI, a pesquisadora afirma que o contexto latino-americano passa por transformações importantes. Os avanços da etnoeducação ocorridos nas últimas décadas aconteceram na esteira de governos progressistas da região. Agora, diante do crescimento de pautas conservadoras e neoliberais, o tema é confrontado por novas discussões e embates. “O currículo é um espaço de lutas e tensões porque distintos atores querem ter participação nele”, diz Loango. “A



Foto: Gerson de Sousa



escola é um espaço onde se constroem subjetividades, onde se fabricam formas de ver o mundo e interpretá-lo. Nesse giro, apareceram discursos neoliberais que proclamam a liberdade de mercado e o recorte de conteúdos”. É o que tem acontecido, por exemplo, no Brasil e na Argentina, países onde, segundo a pesquisadora, existem propostas de reforma de conteúdos. “O currículo não é neutro, não é a-histórico. Ele sempre está em discussão com o que acontece na realidade (em que está inserido)”, arremata.

Nesse contexto, novos desafios se impõem à etnoeducação e devem ser considerados. Loango diz que é necessário pensar em conteúdos que incorporem o pensamento e a tradição dos povos africanos do ponto de vista deles. É preciso, também, reconstruir e problematizar a história da educação

negra na América Latina, a fim de amparar a criação de ações afirmativas: “Fundamentar, por meio de uma história sobre o não acesso e a negação (do ambiente escolar e acadêmico), a necessidade de se abrir espaço para estudantes negros”. Deve-se, ainda, pensar em uma cartografia intelectual do pensamento negro com perspectiva de gênero. Ao encerrar, Loango discorre sobre as preocupações que se avolumam no horizonte latino-americano. “É necessário voltar a pensar um currículo que eduque para a formação de uma cultura comum. Esse lugar comum foi, durante a colônia e a época republicana, eurocêntrico, monocultural e patriarcal. Agora, precisa ser edificado a partir de outras perspectivas. E, ademais, com a defesa fundamental dos valores democráticos. A América Latina necessita hoje, mais que nunca, da defesa da democracia”, finaliza.



Fotos: Karla Natário

HÉDIO SILVA JÚNIOR, É DOUTOR EM DIREITO PELA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (2003) E MESTRE PELA MESMA INSTITUIÇÃO DESDE (2000). ATUA COMO ADVOGADO DOS CONSULADOS DE ANGOLA EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO E ASSESSOR CIENTÍFICO FAPESP. SUA ÁREA DE ATUAÇÃO ABRANGE PRINCIPALMENTE TEMAS COMO: LIBERDADE DE CRENÇA, DIREITO INTERNACIONAL, AÇÕES AFIRMATIVAS, RACISMO, EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA, ENTRE OUTROS. AUTOR DE TRÊS LIVROS, E COM PARTICIPAÇÃO EM VÁRIOS OUTROS, HÉDIO JÁ ATUOU PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2006.

Apropriação de espaços públicos por grupos religiosos e agravamento da intolerância contra as religiões afro-brasileiras

Conferencista: Prof. Dr. Hédio Silva Junior - CEERT/FZ

Moderador: Profa. Dra. Isis Aparecida Conceição – UNILAB

Data: 15 de outubro

Hélio Silva defende a criação de uma agenda propositiva de Política de Estado para negros

por Karla Natário

Um dia todos nós seremos livres, porque os brancos ainda estão presos em seus preconceitos

Na Faculdade Zumbi dos Palmares, FAZP, entre os anos de 2006 a 2011, exerceu vários cargos, como o de Coordenador do curso de Direito, Diretor Acadêmico, Coordenador do programa de pós-graduação e ministrou diversas disciplinas como: Direito Penal; Direito Internacional; Introdução Jurídica; Instituições de Direito. Na Ordem dos Advogados do Brasil, OAB- SP, em 2005, trabalhou como Coordenador da Comissão de Direitos Humanos. Em 2006, pela Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, atuou como professor acadêmico

Há 130 anos da abolição da escravatura, e os negros ainda precisam lutar pela sua liberdade – de se expressar, de ser, de estar e de conquistar. O Brasil é complexo, segundo o palestrante e conferencista Hélio Silva, um dos maiores ativistas da causa negra no Brasil. No

dia 15 de outubro, Hélio ministrou conferência e debateu sobre o tema ao falar sobre a “Apropriação de espaços públicos por grupos religiosos e agravamento da intolerância contra as religiões afro-brasileiras”, no X COPENE, em Uberlândia, Minas Gerais.

O X COPENE aconteceu dias antes do segundo turno presidencial. Diante deste contexto político a exposição de Hélio demonstrava extrema preocupação quanto ao agravamento da intolerância racial negra no Brasil, se Jair Bolsonaro fosse confirmado para a presidência. Situação essa, hoje, confirmada. A preocupação do conferencista gira em torno de alguns fatos vivenciados pela comunidade negra, através do preconceito demonstrado pelos neopetencostais, sendo que a banca evangélica é expressiva no Congresso brasileiro e apoiada pelo já eleito, presidente, Jair Bolsonaro.

E a preocupação não para na esfera religiosa.

O Ministro Marco Aurélio que foi um dos primeiros ministros a adotar cota para negro no edital do Supremo Tribunal Federal, em 2001, disse que: “o Bolsonaro não quis ofender quilombolas com àquelas declarações.” A fala, do até então, deputado, Jair Bolsonaro são lembradas pelo palestrante: “o Bolsonaro falou que o povo do quilombo pesa por arrouba, que não serve nem para procriação.”

Os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente, “rasgaram a Constituição e tratados internacionais ao liberar o Ensino Religioso Confessional.” Hédio se justifica, lembrando que a Constituição Federal fala em Escola Confessional, e o artigo 206 da referida Constituição esclarece que, é papel da educação a formação para o trabalho, o desenvolvimento integral da pessoa e o preparo para a cidadania. Não é o preparo para a confissão religiosa. Então, não é compatível a ideia de ensino confessional com escola pública. De acordo com a Constituição, “o Estado Civil é oposição ao Estado religioso”, ratifica o expositor.

O advogado salienta ainda que a escola pública recebe alunos de todas as religiões: ateus, mulçumanos, judeus e por aí vai. Portanto, Hédio afirma que “não se pode subordinar as pessoas as suas religiões.” O

***E**u não sei
aquilatar qual
será o preço que o Brasil
vai pagar pelo nível de
enraizamento por esse
discurso de ódio*

palestrante finaliza a sua abordagem a respeito, afirmando que: “o Estado tem a pretensão de dizer a verdade religiosa, mas isso é apropriação indevida nos espaços públicos. Por isso, sou contra, a princípio, do ensino religioso nas escolas públicas. Porque é da responsabilidade da família a educação religiosa. Educação religiosa é individual. Mas, eu acho que todas as minorias religiosas têm direito de falar sobre a sua religião nas escolas.”

Para demonstrar o quanto isso é grave, Hédio, cita como exemplo o caso de uma garota negra, que não é da religião afro, que ao levar balas da festa de seu aniversário para a escola. A menina foi surpreendida pela professora quando as estava oferecendo para seus colegas de sala. A professora não permitiu que a menina agradasse seus colegas com as guloseimas, mas também não explicou o motivo. No entanto, nem foi preciso, pois o constrangimento causado foi demasiado grande para a pequena, que se viu alvo do preconceito e intolerância religiosa. A menina relatou o caso para a família, através de uma carta, que nos dizeres dela, temia que os pais evangélicos julgassem que as balas fossem da festa de São Cosme e Damião, festa tradicional das religiões afro. Mas, na verdade, eram do aniversário da menina que aconteceu na noite anterior.

Casos assim, não parecem graves aos olhos dos brancos que nunca vivenciaram esse tipo de situação e que podem até dizer: “ah, foi um equívoco da professora. Um julgamento infeliz.” Sim! Foi um julgamento infeliz, mas que representa as pequenas alfinetadas que todos os dias a comunidade negra leva e que demonstra o total desconhecimento do que vem a ser uma religião afro, não conseguindo separar o cidadão da sua escolha religiosa.

Ao aprofundar a temática sobre o impacto de preferências religiosas pelo Estado, Hédio, comenta

sobre a sua preocupação com um possível projeto de poder, pois já existem vários servidores públicos que são neopentecostais e estão atuando, com seus julgamentos religiosos, tendenciando ações judiciais, negando-se a atendimento médico, dentre outras situações reprováveis. O advogado apresenta Dois exemplos para exemplificar essas situações.

Há algum tempo aconteceu um fato com um sujeito, paramédico, que foi atender uma pessoa que estava agonizando na rua. Quando ele chegou para fazer o atendimento vê a escarificação - que são pequenas incisões no plano da epiderme que a pessoa faz quando é iniciada em um segmento do candomblé. O paramédico disse que, por ser da “macumba” não iria atender o moribundo.

No interior de São Paulo, uma Iyalorixá – também conhecida como mãe de santo, é sacerdotisa e chefe de terreiro de candomblé - está sendo acusada de maus tratos a uma criança. O Ogan – sacerdote escolhido pelo Orixá (que é deus africano com referência a natureza) para ficar lúcido nas reuniões - da casa separou da mulher e pediu para a Iyalorixá cuidar da criança. Em um determinado dia houve um problema com essa criança e a Iyalorixá assume que a agrediu. A menina vai para a escola com a marca da agressão.

A criança é diabética, e a Iyalorixá compra em uma farmácia um aparelho para medir o nível de glicemia da menina, mas que faz a pulsação, ou seja, marca a pele. No processo, o laudo laboratorial confirma o diagnóstico de diabetes da garota. A professora da menina, que é neopentecostal, vê os hematomas e aciona o conselheiro tutelar, neopentecostal, que leva o caso para a polícia, e quem assume o caso, o delegado que também é neopentecostal. Resultado, Iyalorixá está com 8 anos de prisão. E, até o momento, ela precisa ficar dentro da sela, pois a líder da galeria é neopentecostal e disse a ela que “no dia que ela

pisasse no corredor iria passar o gilete na cara dela.”

O palestrante afirma a sua extrema preocupação com um projeto de poder em curso, justificando que a tendência é que o negro, de religião afro, seja prejudicado. Hédio cita o Princípio Público de Impessoalidade, dizendo que “as crenças e valores não podem interferir na execução da atividade. Pois isto, contamina a Administração Pública,” dando a seguinte informação: “a função de conselheiro tutelar, na cidade de São Paulo, é exercida por dois terços de neopentecostais.”

Esclarece que, como 10% da população brasileira são de convicção filosófica atea ou agnóstica. E a Constituição assegura a eles o direito de cultivarem os seus valores, ao mesmo tempo que, os 90% dos brasileiros que possuem uma crença, ou seja, religião, de também poderem se expressar através dela. O palestrante afirma: “o sentimento religioso é algo muito valioso para o indivíduo.”





A Carta sobre Tolerância de Locke foi citada pelo advogado para lembrar que “não pode uma confissão religiosa qualquer dizer que a outra é que é verdadeira.” Apesar de ser da própria natureza da narrativa religiosa afirmar a sua verdade. “Mas, você não precisa para afirmar a sua própria verdade, desqualificar, constranger, dispensar o tratamento ultrajante, humilhante, constrangedor a quem professa outra religião, lembra o conferencista. O conceito de tolerância sob a égide do Direito Internacional Público foi comentando pelo palestrante: “Tolerância é coexistência de maneira harmoniosa. Respeito, eu posso evitar o contato.”

Hélio fala sobre o direito de resposta que as tradições de matriz afro têm direito de fazer pelo canal de televisão Record. Há 15 anos se arrastava uma questão judicial entre a Rede Record de Televisão e representantes da umbanda, do candomblé e de outras tradições de matriz africana. O que motivou a ação judicial foram as “as ofensas exibidas nos programas da Record, a mais frequente é chamar sacerdotes da umbanda e do candomblé de pais e mães de encosto e tratar os orixás como demônios. A sentença prevê, entre outras sanções, a exibição na grade das emissoras de 16 horas de programação de conteúdo positivo e afirmativo sobre cultura e religiões de matriz africana.”

E lembra que, em 2017, a revista de negócios e economia estadunidense, a Forbes divulgou que alguns dirigentes religiosos do Brasil figuram entre os mais ricos do mundo. E que nenhuma religião tem o direito de utilizar um meio de comunicação social, que é um serviço público, para propagar o ódio. O advogado desabafa: “Eu não sei aquilatar qual será o preço que o Brasil vai pagar pelo nível de enraizamento por esse discurso de ódio. E ele está presente em todos os lugares. E ele está presente todos os dias.

E as pessoas vão repetindo aquilo, as pessoas vão reproduzindo aquilo. Todos os males da humanidade se devem a macumba: O sujeito é impotente, é o encosto. Trincou a dentadura da pessoa, é o encosto. O aquecimento global, é o encosto. A mulher é frígida, é o encosto.” Assim, ele levanta a seguinte questão: “Qual o espaço que nós vamos ocupar a partir do próximo ano?”

E de forma muito lúcida, Hélio diz sobre os equívocos da militância negra de entregar a agenda negra para o branco: “com o desmonte do PT, o negro vai pagar um preço muito alto.” Portanto, nós “precisamos criar uma agenda propositiva de Política de Estado, de Política Pública, que não seja entregue para o governo, para nenhum branco bacana – uma agenda perene”, esclarece o expositor.

Contudo, o mercado está atento ao segmento negro e para as questões raciais. O palestrante cita alguns exemplos de produtos para comprovar o aquecimento do mercado afro brasileiro. No mercado encontramos vela de 7 dias com imagem de Iemanjá – Orixá feminino - que normalmente é com a imagem da Nossa Senhora da Aparecida; na farmácia já tem um setor exclusivo para negros; a Band vai ter um programa para negro com o Netinho. Trata-se de um mercado lucrativo, portanto, o expositor chama a atenção: “é preciso repensar, com gravidade e seriedade, o que a comunidade negra tem proposto.” E o advogado ainda afirma que “quem dividiu o Brasil entre preto e branco foi o racismo, e não foi o PT como estão dizendo”.

Hélio está pessimista e otimista com relação ao próximo período. Pessimista, porque ele acredita que as “coisas” vão piorar. Mas otimista, porque a “macumba” está vendo que não adianta ficar esperando, porque “a intolerância religiosa existe e uma hora vai bater na sua porta.” As pessoas das religiões afro co-

meçam a se reunir para fazer política, para falar de resistência, para falar de ativismo, porque agora vai ganhar vulto todo sentimento racista que estava oculto sob a epiderme social. E, novamente, o advogado ratifica: “Há a sinalização de Brasília que liberou geral. E é como nosso povo, preto, pobre, com o macumbreiro que sai com a sua roupa para rua.”

Hélio lembra que participou da análise de uma pesquisa em que foi feita a análise do perfil do indivíduo que busca a religião afro, estratificada por cor, renda e escolaridade. Os dados colhidos foram da região Sudeste entre os anos de 2000 a 2010. Os resultados mais relevantes da pesquisa supra citada são os seguintes: mais de 42% dos religiosos são de matrizes afro; 60% são brancos; e 30% possuem renda superior a 3 salários, com educação superior completa ou incompleta.

Outro dado importante revelado pela pesquisa é que o negro vai para a macumba, ou seja, assume a sua religiosidade, quando tem mais escolaridade e mais renda financeira. Isto é o mesmo que dizer que, com o empoderamento, o negro sente-se seguro para assumir a sua religiosidade espontaneamente. Quanto mais vulnerável, socialmente, é o negro, mais difi-

culdade ele sente em assumir a sua religião, então vai para a neopetencostal.

Hélio demonstra possuir conhecimento, sentimento e abertura para mostrar a verdade sobre a religião afro. Tanto que sempre ao se referir à sua religião brinca chamando-a de macumba. Esta espontaneidade com relação a palavra macumba ficou evidente quando, no final do seu momento de fala, ele comenta sobre a urgente necessidade de “desdemonização do termo macumba”.

Macumba é um instrumento musical, e macumbreiro quem tocava este instrumento. Esta foi a primeira associação para o nome macumba. Atualmente, este nome é associado erroneamente a rituais satânicos ou de magia negra. Essa modificação de sentido teve início na década de 20, do século XX, quando as igrejas cristãs do país começaram a falar negativamente sobre os ritos e crenças da macumba, divulgando-as como profanas à leis Deus.

Fonte internet:

EDUCALINGO. 2018. Iemanjá. <https://educalingo.com/pt/dic-pt/iemanja> > Acesso em 20/11/2018.

EDUCALINGO. 2018. Ogan. <https://educalingo.com/pt/dic-pt/ogan> > Acesso em 20/11/2018.

EDUCALINGO. 2018. Orixá. <https://educalingo.com/pt/dic-pt/orixa> > Acesso em 20/11/2018.

FABIO. 2010. Macumba. Disponível em:< <https://www.dicionarioinformal.com.br/macumba/>> Acesso em 20/11/2018.

GELEDES. 2014. O que é macumba. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/o-que-e-macumba/> > Acesso em 20/11/2018.

THOTH3126. 2017. Os pastores mais ricos do Brasil, pela Forbes. Disponível em:<<https://thoth3126.com.br/os-pastores-mais-ricos-do-brasil-pela-forbes/>> Acesso em 20/11/2018.

Precisamos criar
uma agenda
propositiva de Política
de Estado, de Política
Pública, que não seja
entregue para o
governo



Fotos: Felipe Viana

JOEL ZITO ARAÚJO NASCEU, EM 1954, NO MUNICÍPIO DE LAGEDÃO NANUQUE, MG. É CINEASTA, ROTEIRISTA, PRODUTOR, ESCRITOR E PESQUISADOR. DOUTOR EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO PELA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ECA/USP, CONCLUIU O PÓS-DOCTORADO E ATUOU COMO PROFESSOR CONVIDADO NO DEPARTAMENTO DE RÁDIO, TV E CINEMA DA UNIVERSIDADE DO TEXAS EM AUSTIN, NOS ESTADOS UNIDOS. DIRIGIU 29 CURTAS E MÉDIAS DOCUMENTAIS E FICCIONAIS TEMATIZANDO O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

O cinema brasileiro e a insurgência negra

Conferencista: Prof. Dr. Joel Zito de Araújo

Coordenação: Prof. Dr. Pedro Barbosa - UFG/PPGAS

Data: 16 de outubro

A explosão do cinema negro no Brasil

por Clarice Bertoni

Joel Zito de Araújo analisa a insurgência e os obstáculos aos cineastas negros em um país que recusa assumir a existência social do racismo

Em 1999, finalizou seu primeiro longa para televisão, o documentário "O Efêmero estado União de Jeová". Dois anos depois, lançou "A Negação do Brasil", sobre a trajetória do personagem negro nas novelas brasileiras, com impressionante trabalho de pesquisa que deu origem a um livro homônimo. Foi escolhido melhor filme brasileiro do Festival Internacional de Documentários É Tudo Verdade daquele ano, sendo selecionado para festivais no Brasil e no exterior.

Joel Zito finalizou seu primeiro longa de ficção em 2004, "As Filhas do Vento", que arrebatou oito prêmios no Festival de Gramado, entre eles os de melhor filme segundo a crítica, diretor, ator e atriz. Na Mostra de Cinema de Tiradentes, foi escolhido melhor filme pelo público e participou de festivais fora do país. Em 2009, lançou o docu-

mentário "Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado", que em sua semana de lançamento no canal GNT, obteve 1,5 milhão de espectadores.

Dirigiu o programa "Espelho" no Canal Brasil, apresentado por Lázaro Ramos. Em 2013 lançou o documentário "Raça", co-dirigido pela vencedora do Oscar Megan Mylan. Interessado no estreitamento cultural entre o Brasil e a África, tem desenvolvido projetos de cinema para serem rodados nos dois lados do Atlântico. Criou e coordenou com o cineasta cabo-verdiano Leão Lopes o curso de Pós-Graduação Lato Sensu de cinema de Cabo Verde para estudantes africanos, brasileiros e portugueses.

Joel Zito de Araújo tem um lugar privilegiado para acompanhar a insurgência do cinema negro no Brasil. Não só pela sua história e militância,

mas também pelos anos de experiência como curador do “Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul” e pelo fato de estar no júri de muitos festivais de cinema. Observador interessado por esse surgimento de jovens intelectuais da cultura negra, acredita ser portador de uma “boa nova e de quão profundo e forte é essa insurgência”, explicita.

O cineasta diz que o medo de todo artista, quando passa os anos, é o envelhecimento de ideias e da criatividade. Porque ator tem mais medo do envelhecimento físico do que os diretores. “Os diretores não têm medo do branqueamento dos cabelos, da barriga que começa a crescer. O complicado é o envelhecimento estético, o envelhecimento narrativo e o envelhecimento das ideias”. Versa que quando

um diretor começa a se repetir, a não ter mais nada novo pra dizer, sente que o tempo passou e que quem traz a novidade são os outros.

Joel Zito é enfático ao considerar que, felizmente, do ponto de vista narrativo não envelheceu. Em 2019 vai lançar o filme “Meu amigo Fela”, que conta a história do músico nigeriano Fela Kuti e sua relação com o biógrafo e escritor cubano Carlos Moore. O diretor teve que negociar 112 direitos autorais e está há um ano e meio nessa empreitada, pois existem imagens de arquivo de outros países, o que torna a negociação morosa. O filme está pronto, mas precisa ser remontado a partir dos direitos que foram aprovados.

É importante registrar que o cinema negro não alcançou o grande público e que o filme brasileiro que chega nas salas de cinema, no canal nobre a cabo, na Netflix, não trouxe a insurgência negra que desponta, especialmente nos últimos dois anos. “Essa insurgência urbana, da mulher negra, da bicha preta, da diversidade sexual negra. Meu sonho é que isso possa ser traduzido em histórias com um tipo de narrativa que atinja o público, que atraia o público”, revela o cineasta que exibiu quatro de seus filmes no cinema.

Foram nos encontros de cinema negro, criado por Bulbul há 11 anos, que Joel Zito pode observar que a característica predominante das produções

Essa insurgência urbana, da mulher negra, da bicha preta, da diversidade sexual negra. Meu sonho é que isso possa ser traduzido em histórias com um tipo de narrativa que atinja o público, que atraia o público



era de um painel feito para a África. “Haviam poucos filmes brasileiros. Não porque o Zózimo não queria, mas porque se produzia pouco. A maioria dos filmes eram estrangeiros” explica. Ele ressalta que com o passar dos anos o perfil foi se transformando e há três edições se equilibrou o número de filmes brasileiros e estrangeiros.

O curador esclarece que na edição de 2017, mais de 70 filmes brasileiros se inscreveram. E que este ano o número de inscritos mais que dobrou, 182 no total. Esse aumento de produção do cinema negro reflete a política de cotas. Não só nos cursos de cinema e audiovisual, mas de sociologia também, propiciando o que o pesquisador chama de uma explosão do cinema negro. Entretanto, ele acredita que ainda

há muitos obstáculos para que essas produções cheguem às telas.

A participação dos negros nos grandes festivais de cinema é recente, se iniciou há cinco anos, em Recife, com o filme da diretora Sabrina Rosa “Vamos fazer um brinde”. De lá para cá, a presença cresceu e Joel Zito atribui essa insurgência ao Festival de Brasília de 2017. “Não só pela qualidade e quantidade de filmes que participou, mas pela presença de jovens negros como plateia, participando dos debates. Foi essa presença, entre eles um crítico do cinema negro, o Juliano Gomes, que fez uma diferença enorme”, esclarece.

A polêmica do festival girou em torno do filme da diretora Daniela Thomas, “Vazante”. O filme se passa por volta de 1840, na região do Serro,



interior de Minas Gerais. Entre os atores, 80 % do elenco é composto por escravos negros e o restante pelos moradores da casa grande. A história é contada a partir de uma sinhazinha que tem uma revolta feminista diante da opressão patriarcal, ao ser obrigada a se casar com o senhor de escravos da região. No decorrer do filme, as relações da senzala com a casa grande são apresentadas.

Joel Zito argumenta que a diretora, pela sua experiência e qualidade técnica, criou a expectativa de que estava sendo duplamente revolucionária: “primeiro por estar contando uma história feminista e; segundo porque o filme questiona a ideia da miscigenação Gilberto Freiriana, baseada no bom senso, na sensualidade, no coito gostoso entre o senhor da casa grande e a escrava”. Porém, “o final é uma tragédia e o filme faz um questionamento sobre a ideia de que a miscigenação do Brasil nasceu desse intercurso sexual entre o senhor e as negras da senzala”, conclui.

O diretor acredita que esse tipo de história sobre a população negra é ridículo e não deve ser

contado dessa forma. O questionamento se pela discrepância de um filme com 80% de negros, não ter um equilíbrio narrativo entre negros e brancos. E pelo uso de uma perspectiva negra de submissão e subserviência, exemplificada por Joel Zito pelo líder africano. Único negro que se rebela e sai em fuga, ao encontrar o senhor desmaiado, coloca este nas costas e leva-o de volta. “É muito equivocada a leitura da rebelião negra. É um filme que coincide com a história oficial como é contada”, declara.

A história da abolição foi muito tempo contada como um produto da consciência de uma parcela dos brancos e Joel Zito atribui isso ao arquétipo da princesa Isabel. “A imagem construída de que a abolição foi uma ação da princesa bondosa se repete não só nas histórias do período escravocrata”. A jovem branca e bondosa é a premissa de muitas histórias. Está presente em *Sinhá Moça* e até mesmo nas histórias recentes. Regina Duarte fez vários papéis nesse sentido, em um deles seu filho negro era vítima de racismo e quem brigava contra o racismo era ela, porque o filho minimizava o problema.

José Zito acredita que esse é “o erro de Vazante e foi essa compreensão que os jovens negros que estavam lá tiveram do filme, provocando a polêmica”. No debate, Daniela recebeu a crítica de forma desarmada e falou que se fizesse o filme atualmente, que faria de forma diferente. Porém, poucos dias após o festival, a Revista Piauí cedeu um espaço para que ela escrevesse suas impressões e o que ela dispôs só piorou a situação. “Porque ela revelou a sua concordância com essa aristocracia intelectual brasileira branca, que percebe o mundo de forma muito diferente”, ratificou o cineasta.

O diretor coloca que os seus pares brancos, a classe cinematográfica, reagiram mal a questão. E argumenta que “quando você despreza você reco-

nece a existência, mas quando você inviabiliza, é ainda mais duro”. A atitude dos meios de comunicação no caso do filme é exatamente a mesma da época das cotas raciais. A grande mídia não quis ouvir o pensamento dos cineastas negros, assim como não chamou aqueles que escreveram o projeto de cotas pro debate e assim “os brancos fazem de conta que a aprovação foi uma abordagem deles e não uma conquista do movimento negro”, complementa o pesquisador.

O filme foi um fracasso de público nos cinemas. Mas esse insucesso não se deu porque o público concorda com a insurgência negra, mas porque quem assiste filmes no nosso país não está interessado no cinema negro. Então, se um branco fala da questão racial e é polemizado, ele também não quer ver. O público que vai a sala de cinema procura um escapismo dos filmes leves. “Podem até ver um filme sobre racismo que se passa nos Estados Unidos, mas ele não vai ver um filme sobre racismo que se passa no Brasil. Porque na cabeça dele lá pode até ter racismo, mas aqui não existe”, ressalta Joel Zito.

A importância da presença dos jovens negros nos debates do Festival de Brasília, se deram pelas mudanças de paradigmas causados na Agência Nacional do Cinema (Ancine), que se viu obrigada a movimentar e reconhecer as pesquisas históricas que o próprio Joel Zito tinha feito anteriormente, atestando que a representação da população negra no cinema é proporcionalmente absurda. O número de atores negros é baixo e que quando se mede os realizadores é ainda menor.

A Ancine constatou que em 2016, houve apenas 2% de realizadores negros nas telas de cinema. Ainda mais cruel é o fato de que nenhuma mulher negra dirigiu um filme naquele ano. É difícil ser

um cineasta negro, porque os critérios não são por mérito, mas por relações de classe, network. Porém, o diretor ressalta que o patrocínio privado e com base nas leis de incentivo está cada vez mais escasso e que os filmes que têm sido feitos, são realizados com o dinheiro do fundo da Agência, que finalmente passou a ter negros em suas comissões.

Muitos realizadores negros foram aprovados esse ano e consequência disso será um aumento do número de filmes nas salas de cinema. Pessimista com relação ao futuro, o cineasta afirma ser portador de uma notícia boa e uma ruim: “a boa é que hoje nós podemos falar que existe um movimento de cinema negro, cada vez mais premiado e reconhecido. A má é que eu já não sei qual vai ser a realidade ano que vem. Daqui a um ano, esse papo de insurgência vai ser uma saudade do passado” e finaliza se denominando um memorialista do seu tempo.

Podem até ver um filme sobre racismo que se passa nos Estados Unidos, mas ele não vai ver um filme sobre racismo que se passa no Brasil. Porque na cabeça dele lá pode até ter racismo, mas aqui não existe



A MINHA VIDA TODA EU TRABALHEI PARA OS OUTROS. ENTÃO ACABEI PERCEBENDO QUE EU PODERIA ME SUSTENTAR FAZENDO O MEU, DO MEU JEITO, COM A MINHA CARA E COLOCANDO O MEU POVO NAS IMAGENS”. A FRASE É DE CRISTIANE ALVES AO NARRAR O INÍCIO DE SUA CARREIRA COMO AUTÔNOMA. EM 2006, CRISTIANE ERA PROMOTORA DE VENDAS E WAGNER, SEU COMPANHEIRO E SÓCIO ATÉ HOJE, TRABALHAVA COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO. OS DOIS DEIXARAM SEUS RESPECTIVOS EMPREGOS, E COMEÇARAM A FABRICAR AS PRÓPRIAS PEÇAS DE ROUPAS. A ARTE E OS DESENHOS NAS ROUPAS ERAM PRODUZIDOS POR WAGNER.

Feira de empreendedorismo

Data: 12 a 17 de outubro



Fotos: Sara Camelo

Memórias de jornadas autônomas em prol da representatividade negra



por Sara Camelo

A feira de empreendedorismo do Copene reuniu histórias de luta pela independência financeira

Cristiane sofreu dificuldades no caminho como empreendedora. Ela conta que a primeira oposição encontrada no mercado é por você ser negra: “se você vai fazer um empréstimo você sofre discriminação”, relata. Para ela todos os benefícios que um empreendedor branco tem você não tem, ou se tem, é menor.

Djungo é um dialeto axante que significa respeito mútuo. “Quando eu falo você fala e rainha, e você diz você diz que eu sou sua rainha.” ressalta a empreendedora. Esse é o nome da grife de Cristiane que já tem 12 anos. “A união da irmandade negra deve prevalecer, e tento repassar essa mensagem de respeito começando pelo nome da minha marca.”

Ao ser questionada sobre a realização profissional a empreendedora argumenta: “Meu trabalho me proporciona em leque de conhecimento e experiências.” Ela se alegra quando fala sobre o papel da representati-

vidade de seu trabalho para os jovens, e acredita que é espelho para outros novos empreendedores. Cristiane ensina e aprende com cada um, pois a cada lugar que visita, ela é impactada com novas pessoas, culturas e ensinamentos distintos. “Acredito que essa é a verdadeira riqueza do que faço.”

História semelhante é a de Ana Cristina, que teve a necessidade de construir uma carreira autônoma e por conta disso abriu uma pequena loja de roupas. Para ela, o povo negro é educado para gerar a economia do outro, e não a própria. “Queria mostrar para as pessoas que o povo negro pode ser independente e que temos talento. Sabemos produzir tanto quanto qualquer um. Queria independência financeira e pessoal”, explica a empreendedora. Ana não tem mais horário para ir ao banheiro ou para comer, hoje em dia ela faz seu próprio horário e é muito feliz por isso.

Assim como Cristiane, Ana Cristina encontrou vários obstáculos pelo caminho. “Se para os grandes empresários já é difícil, para nós é mais difícil ainda”, questiona. Há alguns anos ela entrou para um coletivo de mulheres que tem por objetivo contribuir para a união de empreendedoras negras. “Se alguma fica sabendo de um evento em um lugar, é passado para o restante do grupo e as meninas se organizam. Uma fica responsável pela estadia, outra pelas passagens. Se uma não pode uma outra leva o produto de uma para comercializar”, explica.

Ana acredita que a busca pela identidade é resistência. Ela quer mostrar que as mulheres negras produzem moda para outras mulheres negras, e se sustentam por meio de seu próprio trabalho. “Nossas estampas e o nosso estilo é para mulheres gordas, mulheres negras, mulheres normais, mulheres reais”, relata.

Cida Mayer foi diagnosticada com depressão há dois anos, e como forma de terapia começou a decorar potes de sorvetes que tinha em casa. A arte ajudou dona Cida a controlar sua doença, e apresentou a ela uma produção cultural que ela não sabia que existia.

 ***T***er uma mulher negra comprando um tecido africano, de uma pessoa negra, faz o dinheiro circular onde normalmente ele não circula





Hoje, Cida faz doações de seu trabalho para OGNs todos os finais de ano, e se sustenta com grande parte do dinheiro que recebe com seu artesanato. “Eu acho meu trabalho importante para as pessoas negras reconhecerem que tem uma cultura linda e se inspirarem a partir dela”, afirma a artista.

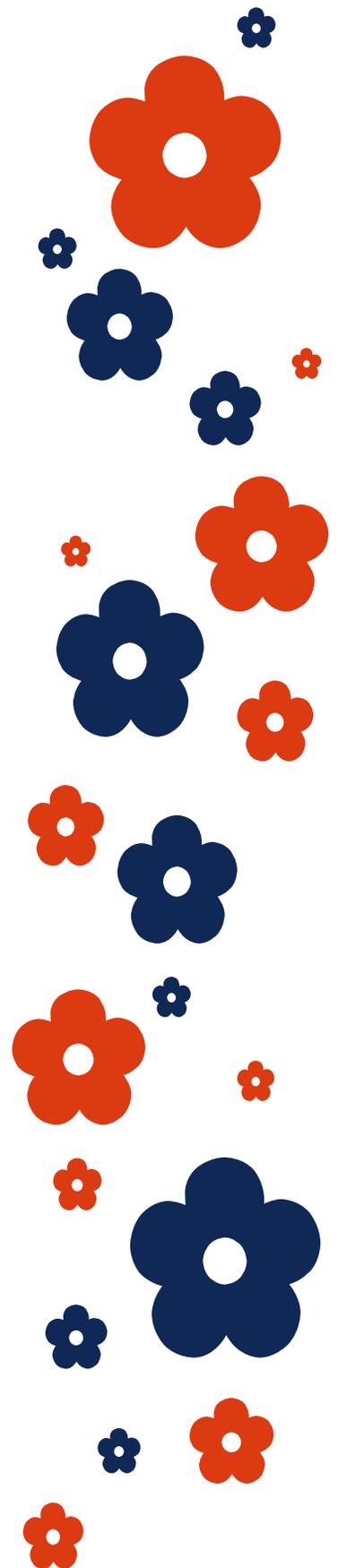
Luiz Augusto cresceu em uma família que sempre trabalhou com artesanato. Sendo assim, desde pequeno ele está inserido nesse universo de produção manual. Aos 15 anos Sr. Luiz e o irmão começaram a pintar camisetas como Hobby. Hoje Luiz tem 50 anos e ainda sobrevive da arte que aprendeu com o irmão 35 anos atrás.

“Uma das dificuldades no trabalho autônomo é que você acaba assumindo todos os tipos de riscos. Mas eu posso te dizer que é mais felicidade do que tristeza”, conta o pintor. Ele se sente realizado, pois sua arte o leva para o mundo. Ele não se vê limitado a um só lugar.

Assim como o irmão de Sr. Luiz, Dona Nilsa instigou a irmã a entrar para o mundo do artesanato. “Eu sempre chamava ela pra fazer, mas ela nunca ia. Ai teve um dia que eu chamei ela e disse: “senta aqui, vamos aprender.” Desde então ela nunca mais parou.” Juntas elas produzem colares maravilhosos que fazem parte da renda mensal da família.

Quando os negros vieram escravizados para o Brasil, a única coisa que eles tinham era a roupa do corpo. Como cada lugar de África produz um tipo de tecido e estampa, eles se reconheciam por conta da roupa que trajavam, pois seus dentes eram arrancados, e seus cabelos cortados. Senso assim, a única forma de identificação era por meio dos tecidos que usavam.

O tecido africano aqui no Brasil se tornou um importante elemento de identificação das populações negras. E o que fez muita dessas nações não morrerem e a perduração das religiões de matrizes africanas.





***A** mulher negra ela não se enxerga na história. Sendo assim, a valorização da estética é algo importante porque a estética da mulher negra também nos foi negada*

Esse processo de identificação e reviver da ancestralidade é ponto central para Vitória de Paula, que trabalha há 3 anos na confecção de acessórios. “A mulher negra ela não se enxerga na história. Senso assim, valorização da estética também é algo muito importante, porque a estética da mulher negra também nos foi negada.”, explica.

A maioria dos acessórios que Vitória produz são de material reciclável. Então ela oferece cursos para a geração de renda de outras mulheres que desejam entrar na área. Vitória entende que ter uma mulher negra comprando um tecido africano, de uma pessoa negra, faz o dinheiro circular onde normalmente ele não circula.

Os acessórios que Vitória produz são peças exclusivas. Ela defende que ninguém é igual ao outro, e que não temos a necessidade de usar algo só porque todo mundo usa. Segundo ela, cada um pode usar o que quer de acordo com o que se identifica. “A partir do momento que uma coisa é produzida pensando em você, você sabe que um pouquinho de você está naquele objeto, isso é o que eu acho mais interessante.”, diz a empreendedora.

A bibliotecária Vânia Moreira concorda com Vitória; ela diz que o acesso a informação faz com que as pessoas, principalmente as negras, conheçam a própria história e cultura. “Eu até brinco falando que eu sou recém negra, porque de uns anos pra cá que comecei a me empoderar e a lutar por representatividade.”, relata Vânia.

Para a advogada Rosângela Oliveira, a exaltação da irmandade negra é algo de extrema importância. Por conta disso, ela veio de Salvador (BA) representar

a marca da amiga Mônica Anjos na feira de empreendedorismo do Copene. Rosângela explica que a marca não foi criada para um determinado grupo de pessoas, mas sim para pessoas que têm identidade. “Se você coloca a roupa e se identifica, está linda!”.

Para Rosângela a dificuldade é predominante em todas as áreas por conta da intolerância que ainda existe. Entretanto, é necessário resistência. “A dificuldade tem a sua importância por que aprendemos com o erro para prosseguirmos adiante”, questiona.

Queríamos mostrar para as pessoas que o povo negro pode ser independente e que temos talento. Sabemos produzir tanto quanto qualquer um



A sensibilidade das Intervenções Artísticas na produção de autocrítica



por Genivan Júnior

O baiano Milsoul Santos materializa a arte como método para acessar a consciência das pessoas para o repensar sobre ser negro



MILSOUL SANTOS NASCEU NA BAHIA E ATUALMENTE MORA NA CAPITAL FLUMINENSE. ATOR, ESCRITOR E MÚSICO, É TAMBÉM AUTOR DO LIVRO “PÁSSARO PRETO”, LANÇADO EM 2016. O LIVRO É RESULTADO DE VIVÊNCIAS E INSPIRAÇÕES QUE VÃO DE 1995 ATÉ 2016. OS TEXTOS, EM SUA MAIORIA, FALAM DO COTIDIANO DA POPULAÇÃO NEGRA E TRAZEM PROVOCAÇÕES E REFLEXÕES.

Fotos: Genivan Junior

Na abertura da exposição “Abdias Nascimento: a Arte de um Guerreiro” que ocorreu no Hall da Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, dia 13 de novembro, durante o X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, o artista fez uma das suas intervenções durante o Congresso.

Os dados da Organização das Nações Unidas revelam que a população negra é a mais afetada pela violência e desigualdade no Brasil e indicam que o racismo institucional se apresenta de diferentes maneiras. Há anos a academia vem cumprindo um papel importante no enfrentamento ao racismo, porém existem várias outras metodologias que podem ser aplicadas, sendo uma delas a arte. O enfrentamento à discriminação por meio da arte é amplo.

Ao utilizar sua habilidade enquanto artista, e sentir o ambiente, Santos usou de textos que dialogassem com o momento político e cultural em que estamos vivendo. A intervenção tem a proposta de marcar a importância para o aspecto da autocrítica, fazendo um recorte social ao protagonismo do homem e da mulher negra como agentes políticos transformadores sociais de pensamento.

A história de um menino que passa por todos os conflitos que um homem negro da periferia enfrenta, momentos marcados por racismo e falta de oportunidades, mas que ao final consegue ascender socialmente e se torna um professor universitário. Esta é a sinopse de outro texto trabalhado pelo artista. A força da narrativa se edifica nesta perspectiva em que o público é confrontado com uma história de vida de sonhos e luta diária, cujo enredo na defesa de que o negro tenha acesso àquilo que lhes seriam seu por direito.

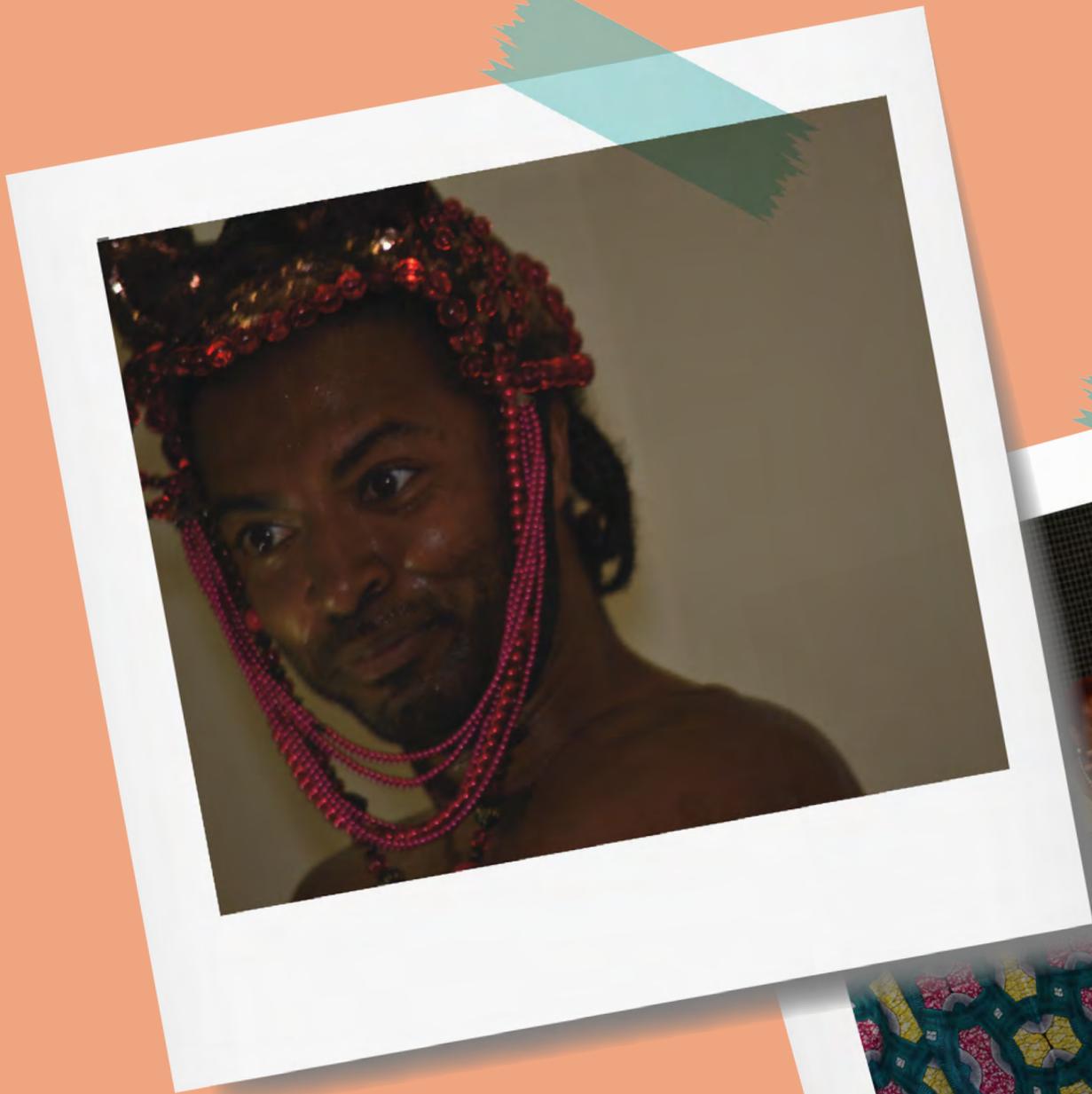
Santos é enfático ao explicitar a nossa condição. Somos um país com grande diversidade cul-



A arte arrumou
uma forma de
acessar a consciência das
pessoas para que
despertem sobre temas
como o racismo, e as
toquem no campo da
sensibilidade para fazer
com que elas repensem
sua postura”



tural e miscigenação, apesar disso o Brasil branco dá as costas ao Brasil negro, ainda que os negros sejam mais de 50% da população. Segundo o artista, seja no cinema, seja na literatura, a representatividade do negro é sempre construída por meio de lutas para a sua existência na realidade. Esse é o elemento essencial para que se efetive a tomada de consciência.



X COPENE 2018
Intervenções Artísticas
12 a 17 de outubro



No encerramento da conferência, o artista fez uma homenagem às mulheres pretas. O sentido produzido por Santos se conceitua ao entender que a África é o berço da civilização, e a primeira mulher que colocou o filho no mundo é africana. Santos explica que: “Se concebe que o DNA de todo mundo tem África. Então nada melhor que homenagear as mulheres pretas. Homenageando as mulheres pretas eu entendo que todo mundo foi homenageado.”





O Copeninho foi um espaço extensivo do X COPENE realizado em Uberlândia na U.F.U. (Universidade Federal de Uberlândia). O objetivo do mesmo era atender a demanda de filhos de congressistas de outras cidades que estivessem envolvidos na atividade do Congresso e pudessem ter um lugar no evento para deixar seus filhos em um ambiente de interação.

O Copeninho foi pensado por um espaço lúdico-educativo na perspectiva de seguir a temática do evento com oficinas étnico- raciais. Neste sentido, o intuito era a formação da identidade no combate das diversas formas de racismo e segregação da população negra. A estrutura foi para atender crianças na faixa etária de 3,5 anos até 13 anos.





X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORAS(ES) NEGRAS(OS) - UBERLÂNDIA 2018

